

«Uma obra de administração que poderia servir de paradigma ao Brasil»

Dirige-se aos paraibanos o dr. Drault Ernmany — «Para melhor servir ao governador José Américo, na ingente tarefa de reorganizar a Paraíba» — Reintegração «na paisa gem humana e social do Estado»

O dr. Drault Ernmany, nosso ilustre conterrâneo e alta expressão do mundo econômico e social da Capital do País, vem de dirigir-se através de órgãos da imprensa e rádio pernambucanos ao povo da Paraíba, referindo-se ao recente pleito eleitoral deste Estado e às atividades do atual governo.

Entre outras declarações, disse S. o seguinte: — «Corriechides os resultados iniciais do pleito de nove de março em que a Paraíba reverteu, mais uma vez, os altos padrões de sua vida pública e o elevado nível de cultura e utilidade dos seus filhos, querer levar a todos os recantos do meu Estado, a minha palavra de sincero

agradecimento aos que me honraram com a sua confiança e o seu apoio.

A campanha que empreendi na minha terra foi uma campanha singular pelos seus laços emotivos. Um roteiro sensitivo que me ensenou a oportunidade de aprimorar relações de amizade que me são tão caras. Reintegrar-me na paisagem humana e social do meu Estado, vivendo a sua beleza e as suas singularidades. Será sempre sensível a afeição que cheia de afeto com que fui recebido pelos meus conterrâneos.

Conferistes a mim e ao grande Assis Chateaubriand, no pleito de nove de março o mandato representativo com que ingressamos na vida pública brasileira. Nesse novo posto de representação pública darei o melhor de minhas energias para servir aos vossos interesses com dedicação e lealdade».

INGA, 13 — Comunicou Vassoura prefeito cooperante como sempre, José Júlio Góis, que decorreram normalmente as eleições — EMILIO FARIAS — Juiz Eleitoral.

SERRA BRANCA, 13 — Prazer comunicar Vassoura eleito deputado federal abrangendo o ordenamento 3.600 eleitores. Respeitosas saudações — TIR-ULIANO DE BRITO.

ITAPORANGA, 13 — Prazer comunicar compareceram eleitos 4.972 eleitores. João Leite, apesar, conseguiu 71 votos. Estão assim autorizada 2 uras. Saúndares respeitosos — JOSÉ PEDROSA.

PIANCO, 13 — Comunicou Vassoura apuração, aqui, candidato Chateaubriand, obteve 2.882 votos e Drault 2.877 votos. Candidato PTO obteve 16 votos. Saúndares — MARIO LEITE — Presidente Diretório PSD.

PRODUÇÃO DE SAL

Mais de 300 mil toneladas nos Estados

A produção brasileira de sal é de 805.630 toneladas, na véspera de Cr\$ 82.251.790,00 — segundo informa o Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura.

Entre os Estados produtoras, destaca-se em 1º lugar o Rio Grande do Norte, com 579.379 toneladas. Cabe o 2º lugar ao Estado do Ceará (92.226 toneladas). Em 3º figura o Estado de Sergipe (42.298 toneladas.)

AS ELEIÇÕES PARA SENADOR E SUPLENTE

Telegramas endereçados ao Chefe do Governo — Colaboração com a Justiça Eleitoral

Continua o governador José Américo recebendo sucessivamente telegramas eletrônicos procedentes das várias cidades, testando o clima de ordem e tranquilidade em que decorreram as eleições de domingo ultimo, para os cargos de Senador e Suplente.

No mesmo de hoje serviu e presidente da Justiça Eleitoral, transpôs ao juiz eleitoral de José Américo a todos os Prefeitos, uma circular encarregando os mesmos provisoriamente o sentido de fornecer material e transporte para perfeita funcionamento das mesmas recebidas de votos pelo que vem recebendo imediatamente telegramas e aviso o atendimento da solicitude.

Foram os seguintes os telegramas recebidos pelo governador:

JOÃO PESSOA, 12 — Atendendo telegrama Vassoura da 2, pôs dois veículos disponíveis à Justiça Eleitoral. Saúndares — LUIZ OLIVEIRA LIMA — Presidente Diretório PSD.

PRINCÍPIO, 13 — Comunicou Vassoura pleito desse município ocorreu plena ordem. Votaram 1.750 eleitores. Abundantes chuvas caídas das 9 concorreram bastante abstenção eleitorado. Presel absoluta cooperação justa eleitoral. Respeitosas saúndares — ZACARIA SITTONIO — Prefeito.

JOÃO PESSOA, 13 — Comunicou Vassoura resultado eleição Teixeira: Chateaubriand 1216, Drault 1.215, Lelis 18. Respeitosas saúndares — ANTONIO XAVIER.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Apuração das eleições de 9 de março de 1952 — Resultado conhecido até às 12 horas do dia 13 de Março

a) PARA SENADOR:

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo 71.773 votos

b) PARA SUPLENTE DE SENADOR:

Drault Ernmany de Melo e Silva 67.388 votos
João Lelis de Luna Freire 11.844 votos

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba, João Pessoa, 13 de março de 1952.

J. BAPTISTA DE MELLO — Diretor

PROTEÇÃO À ECONOMIA AMAZONICA

Exposição do ministro da Agricultura ao Presidente da República

PETROPOLIS, 13 (M) — O ministro João Cleofas expõe ao presidente da República que é impossível medir, em pleno setor parabônico, a mera redonda dos governadores nordestinos, que tem longo despacho com o presidente Getúlio Vargas, durante o qual fez detalhada explicação dos resultados práticos das medidas apresentadas na Campanha Grande.

O titular da Agricultura submeteu também à apreciação do Presidente, entre outros, dois assuntos de maior interesse particular: a economia amazonica, a licença do capital do Banco do Brasil, a manutenção de estadios na manutenção de estadios para as indústrias, ondando para que o onus de tais estoques fique sob a responsabilidade dos próprios industriais.

que deles auferem lucros, e a medida que sejam aplicadas industrialmente, mostrando-se o presidente Getúlio Vargas muito interessado quanto à segunda.

Grandes empresas internacionais que industrializaram a bora-chaca, devem aplicar uma parte dos lucros no incremento à produção das matérias primas.

Sistematicamente, o ministro, em seu discurso, defendeu que o governo, desejoso de fomentar os setorials e melhorar as condições de vida do homem da Amazônia.

O sr. João Cleofas expôs ao Chefe do Executivo que, apesar das manifestações mostradas pelo presidente Getúlio Vargas muita interessado quanto à segunda.

Prosegue com animadoras perspectivas a campanha da Casa do Estudante. Vem de ser marcada para amanhã uma reunião que terá lugar no Grupo Escolar «Epitácio Pessoa», às 16 horas das 22, quando das 22 horas, serão apresentadas as 200 delegações estudantis que se encontram à frente do movimento, afim de discutirem o programa das festas populares.

Reivindicações do comercio de João Pessoa

As classes conservadoras de João Pessoa, vão promover um justo movimento, nesta cidade, com a cooperação do governador José Américo, para que se dê preferência nos fornecimentos públicos locais, inclusive aquelas que atenderem pelas autorizações e outras serviços, aos estatais, nas centros vendedores da Paraíba, evitando-se o desvio de numerário desta massa, para os competidores de outros Estados.

Tem-se notado a primazia de empresas estrangeiras, na aquisição de equipamentos, o que deve ser degradado de oportunidade de empresas parabônicas, de concorrer às vendas de materiais. Algumas vezes, esses materiais têm o custo mais elevado, muitas vezes, levando-se em conta o dispendio local, de impostos e taxas recolhidos ao erário público.

Por isso, as classes conservadoras, pelos seus órgãos representativos, se movimentam, contando com o apoio do governo, para que seja dado a implementação dum regime de preferência, em qualidade de condições, às firmas das praças parabônicas.

GRUPO ESCOLAR CORIOLANO DE MEDEIROS

Sua proxima inauguração em Patos — Convocado o governador José Américo — Mais duas escolas rurais no que município

“Mas a minha maior alegria decorre das novas possibilidades que me oferecemos para poder melhor servir ao nosso grande governador José Américo na sua ingente tarefa de reorganizar a Paraíba, aparelhando-a financeiramente e dotando-a dos meios para o seu engrandecimento moral e espiritual. Realiza, ele mesmo, neste Estado, uma obra de administração pública que pode servir de paradigma para todo Brasil e que projeta com as cores mais vivas o dinamismo do seu espírito as suas qualidades de homem de Estado, o seu sentimento de

DEPUTADO PEREIRA DINIZ

Sua readmissão no cargo de Procurador da República, neste Estado

Vem de ser readmitido no cargo de Procurador da República, na Paraíba, o dr. Pereira Diniz, deputado federal por este Estado e figura

destacada no campo da cultura e proficiência, evidenciando seu talento e cultura jurídica.

Afastado, teve reconhecido seu legítimo direito, por lei votada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, que lhe deu de assinar o decreto de reassunção do ilustre titular.

Pelo motivo, o dr. Pereira Diniz, que na Câmara Federal se tem distinguido como ativo defensor dos interesses coletivos, em geral, e da Paraíba, em particular, vem recebendo inúmeras demonstrações de afeição e respeito por parte dos seus amigos, correligionários e admiradores.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DAS SERVIDORES PÚBLICOS

CIVIS DO ESTADO

PROVA PARCIAL DE ESTATÍSTICA

Foram os seguintes os resultados da primeira prova parcial de Estatística, cadeira regida pelo professor Leonax Falcão: Marina Gomes da Silveira, 9,6; Raimundo Menezes, 9,6; Lídice Maria Souza, 9,6; Francisco Olavo Parente, 9,2; Edvaldo Toscano Britto, 9,2; Eulálio Toscano, 9,3; Maria das Dores, 9,2; Paula Costa, 9,2; Otacilio do Rego Luta, 9,2; Euclides de Souza Setti, 8,9; Orlando Luta, 8,9; Maria José Rodrigues, 8,6; Mario Tomaz Andrade, 8,6; e José Guedes Oliveira, 8,6.

NOTA DA CHEFATURA DE POLICIA

Como é de conhecimento público, verificaram-se, na noite de ante-ontem, graves e lamentáveis ocorrências, em Tamboúba, quando quatro indivíduos invadiram a residência da mulata Luiza Paula dos Santos, esbançando-a e bens sim, e outras mulheres, que se encontravam em companhia.

Locais que a polícia tomou conhecimento de tão graves acontecimentos, determinou imediatas providências, no sentido de identificar os criminosos para punição do hedionde atentado.

Preliminarmente, designou esta Chefia o dr. Amáury Falomo, delegado de Investigações e Costumes, para instaurar inquérito a respeito do fato, tendo essa autoridade ouvido as vítimas, acusados e testemunhas e procedido as demais diligências necessárias ao completo esclarecimento do fato delituoso.

Figurando entre os acusados o tenente Antonio Farias, diretor da Guarda Civil, por determinação do Sr. Governador do Estado, foi o mesmo afastado do cargo, até elucidar o deplorável acontecimento.

Pode a cidade ficar tranquila, que os responsáveis pela revolenta agressão serão punidos com rigor da lei.

WALTER V. ARCOVERDE — Pelo Chefe de Polícia.

INSTALAÇÃO DOS CURSOS DA

FACULDADE DE MEDICINA

Solenidade que assinalará o significativo acontecimento — Aula de sapiência pelo dr. Arnaldo Tavares — Sarau dansante no E. C. "Cabo Branco" — Convite

Convidante vem sendo anunciar à imprensa local, realizar-se amanhã a inauguração dos Cursos Médicos da Faculdade de Medicina da Paraíba.

As solenidades de alto nível constarão de Missa Eucarística celebrada no Mosteiro Dom Bosco, às 8 horas, na Catedral Metropolitana; às 20 horas, no Teatro Santa Rosa, a reunião da instalação dos Cursos, de Coordenadores, professores e professores de Repartição, arrecadadores do Ministério da Fazenda.

Nessa reunião serão tratados assuntos pertinentes à arrecadação federal, normas de serviço etc., e depois, quando da cerimônia de inauguração, haverá uma comemoração observada por funcionários do fisco Estadual, para o mesmo fim convocados.

Deverá reunir-se no próximo domingo, nesta capital convocada pelo sr. Delegado Fiscal, uma mesa redonda de Coordenadores, agentes fiscais e Conselheiros da Chefia de Repartição, arrecadadores do Ministério da Fazenda.

As solenidades de alto nível constarão de Missa Eucarística celebrada no Mosteiro Dom Bosco, às 8 horas, na Catedral Metropolitana; às 20 horas, no Teatro Santa Rosa, a reunião da instalação dos Cursos, de Coordenadores, professores e professores de Repartição, arrecadadores do Ministério da Fazenda.

Nessa reunião serão tratados assuntos pertinentes à arrecadação federal, normas de serviço etc., e depois, quando da cerimônia de inauguração, haverá uma comemoração observada por funcionários do fisco Estadual, para o mesmo fim convocados.

Deverá reunir-se no próximo domingo, dia 16, às 19 horas, no Teatro Santa Rita, às 17 horas da noite. Os ilustres convidados de honra viajando pela “Ponta do Brasil”.

Além disso, no domingo, dia 16, às 19 horas, no Teatro Santa Rita, às 17 horas da noite, o Dr. Samuel Pires, e família no Casino do Parque Solon de Lucena.

Preço do cimento paraibano

A praça de João Pessoa foi surpreendida, com uma nova alta de preços no cimento paraibano, que se mostra presente mente a Cr\$ 49,50, para revendedores.

Anteriormente, o preço era fixado em Cr\$ 46,20.

Na sequência, o Dr. Samuel Pires, homenageado no dia 13 de março, inaugurou a sala de aula de História da

PERSONALIDADES & FATOS

Os paraisos agradecem a gente que os chama e os cidadãos e os paraisos do seu governo.

ACAO DEMOCRATICA E O PRINCPIO DE AUTORIDADE

Outra era de se exercerem as qualidades cívicas e democráticas da maior representação. Governo de servindo aos princípios da justiça e do direito, o governador José Américo imprimiu ao seu governo o caráter de verdadeira magistratura e, dentro dessa norma condurá a sua política de ação administrativa.

Estadista que tem liberdade a opinião parabana em fases culminantes da vida pública, era mestre de administração do País e no Senado da República, o ministro José Américo continua fiel às diretrizes que seriam lhe nordestaram o caráter e a formação democrática, para maior prestígio da sombra de autoridade que se acha revestido.

Na Chefia do Governo, Sua Exceléncia tem agido com essa determinação que ora se descreve para o fortalecimento do seu planejamento, que ora se descreve em todos os setores do Estado.

E dai afirmar-se que a presente administração vale como uma recompensa aos sacrificios que o povo parabano sempre acorreu, ora ilando pela sobrevivência de suas prerrogativas, como em 1939, ora dedicando seu maior empenho as iniciativas que se ajustam às aspirações de progresso, incentivadas e condizidas, em caráter objetivo, pelo atual Governo.

Dentro desse clima de compreensão e solidariedade, é justo que se ressalte o elevado conceito que a Paraíba passou a desfrutar na comunidade brasileira, graças aos testemunhos de realização pública que podemos oferecer.

O povo parabano sente-se em perfeita identidade com o Governo José Américo, que lhe propicia esse ambiente de trabalho e progresso, com a prática da justiça e da lei, de modo indistintivo.

COMPRENSÃO DEMOCRÁTICA

Três eleições já se realizaram na Paraíba, desde que o governador José Américo assumiu a Chefia do Executivo. Não é preciso dizer de como decorreram essas manifestações do eleitorado, na escolha dos seus mandatários, pois a opinião pública está devidamente ao par da lisura e garantias desfrutadas pelos eleitores de todas as correntes partidárias, em razão do auge do senso de responsabilidade e sensibilidade democrática que inspiram a ação do Governo. Por ocasião de uma delas, a mais rendida, os escrupulos e dedicação ao regime constitucional demonstrados pelo primeiro magistrado, chegaram ao ponto de levar S. Excia. a confiar à justiça eleitoral o controle das autoridades policiais, o que, do mesmo passo, representa uma justa prova de confiança na proficiência dos responsáveis pela atuação da justiça especializada. Num preito de reconhecimento à verdade,

pode-se desde logo registrar a perfeita compreensão encantada por esse ânimo de fidelidade aos princípios democráticos, da parte das outras duas poderes, que completam a estrutura do regime. Pelo que, na Paraíba, os poderes constitucionais são de fato, como de direito, harmônicos e independentes, entre si, constituindo o seu funcionamento um satisfatório padrão de prática constitucional.

E é dentro desse ambiente plenamente legal que se tem desenvolvido o trabalho eficiente de realização provisória no interesse público, que é na prática, mais da natureza da poder executivo, por suas próprias configurações legais. A conclusão, portanto, se insinua facilmente: o regime democrático pode, quando exercitado com convicção e fidelidade, promover da manutenção munica o bem coletivo, legitimamente finalidade da organização estatal.

CUBA

O tema é estranho, mas de los nos vemos as músicas que enchem as radiodifusões de longo latido. O tema é o seguinte: o veterano general Fulgencio Batista (e também briquet, poeira, círculo, e vento e revoluções) é, mais uma vez, de sua casa, faz-se acompanhar de um batobilho e, ao primeiro alto, depois toda uma máquina de governo. Enfim, o caso é com eles, pensamente cubano. O presidente e Congresso logo desaparecem. Ficando Fulgencio Batista excluído: "Eu sou a autoridade e a lei".

Todos concordaram. Sumariamente. Não houve barricadas nenhuma nas ruas. A mais sintética das revoluções. E as ruas desceram agora os mimos da um novo presidente, que parecia estar impaciente na banca lírica...

Cartões postais, com a caricatura de Gábris ou siudas alegorias de trabalhos seus, circulavam por toda a Europa. Em Trieste, ainda então austriaca, vedaram a representação da Nave, como demasiadamente irreverente, e alguns acharam graça nisso de uma grande potência, senhora de estaleiros e cruzadores, temer uma pobre nave do sexo scudo, apenas armada, na realidade, de versos e metaforas.

Nesse tempo, d'Annunzio passou ao lado de um sujeito grandalhão e uma inglesa ou norte-americana que o admirava indagou qual dos dois era o genial poeta. Respondeu-lhe que o sujeito pequeno: "The little one..." ("Quem pena") — foi o comentário da admiradora ("What a pity!").

Dizem que a sede à obra prima de Leonardo da Vinci

que salvaram de total destruição a Cela.

FESTIVAL DOS RADIAIS

LITISTAS DA PRI-4

Promovida pelas artísticas que integraram o "team" da Rádio Tabajara da Paraíba, realizou-se, hoje, às 20:30 horas no Cine-Theatro São José, a festa dos radialistas conterrâneos, que organizaram um vasto programa, tendo como locutores Gilberto Patrício.

Do festival participaram os Tabajara, Rádio João Paulo e rádio violão elétrico. Regional da PRI-4, assim dos amigos aquela emissora José Paulo e Silviano de Alencar, Bastos, Lindrade, o poeta-caipira e o sertanejo, destacado comicista de Bergue Noturno.

Para essa festa, está sendo

organizado o prêmio de R\$ 100,00.

ONTEM no mundo

O ministro do Exterior brasiliense declarou que está sendo organizada uma comissão de destacadas figuras das classes produtoras, tanto do comércio como da indústria, para ir à Europa estudar as condições de intercâmbio econômico com o Brasil. Chefiaria a comissão o ministro João Alberto.

* Vários batalhões de rebeldes comunistas de Viet-Minh foram cercados pelas tropas francesas e leais do Viet-Minh na zona do rio Vermelho, poderosamente fortificada. Informa-se que os tanques franceses se preparam para entrar em ação e aniquilar, definitivamente, os rebeldes cercados.

* Regressou, o sr. Benjamin Cabello, que procedeu do Uruguai, onde adquiriu para a COFAP 20 mil toneladas de carne quantidade suficiente para cobrir o consumo do Rio em todo o período da entressafra. Adquiriu ainda 120 mil toneladas de trigo.

* Sete pessoas foram mortas e outras vinte sofreram ferimentos em Garbes, perto a trezentos e vinte quilômetros sul de Tunis, quando nacionalistas árabes lançaram uma bomba na estação ferroviária daquela cidade. A explosão ocorreu justamente quando chegava um trem procedente de Sfax.

* Três candidatos apresentaram-se à presidência da Confederação Nacional do Comércio do Brasil. São eles: Dr. Machado Neto, França Sírio e João Daudt de Oliveira.

* O premiê independente Antoine Pinay, que obteve a aprovação da Assembleia Nacional para seu gabinete, declarou que hoje mesmo começou a trabalhar, no sentido de salvar a França da bancarrota.

* No próximo sábado, deverá ser encaminhado ao presidente Getúlio Vargas o relatório da comissão de inquérito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ouviu-se, o chefe da Comissão, sr. Tomás Teófilo Cavalcanti, disse: "O relatório ainda está na máquina. O documento está sofrendo ainda os últimos retoques de redação".

uma ociosidade de general rotativo. Cuba está engalanada, aplaudindo Fulgencio Batista.

O palácio do governo é novamente seu, de Fulgencio, para bem ou mal dos cubanos. — O REDATOR DE PLANTÃO.

Circunstâncias atenuantes...

O Brasil e a independência de Portugal

Jaime CORTESES

Um momento honra na história — a época da Restauração — em que Portugal devia ao Brasil a sua independência. Portugal, todavia, dizia com mais erudição e alardava mais termos: "A base do nosso caráter é a sua independência". Na segunda, intitulada "A geografia e a economia da Restauração", defendiamos o seguinte quanto aos erros cometidos na elaboração da dinastia bragançina:

... e por o mesmo pensamento implica um novo conceito, o de que Portugal, as suas fronteiras, a sua geografia, a sua multiplicidade e vastidão lhe asseguram uma razão e maneira de ser próprio, base do seu caráter e independência.

De lá muitas proposições e defendiamos a independência portuguesa, o seu peral e parcial da história portuguesa, que em 1940 resumimos, que em 1942 apresentamos ao Congresso do Mundo Português. A primeira delas, a que descreve o título "Teoria geral dos Descobrimentos portugueses", abria com estas palavras:

"Consideramos os deco-

brimentos portugueses, pelas suas origens e derivações, como o síntese da história nacional, a base do nosso caráter e princípio. Portugal, todavia, dizia com mais erudição e alardava mais termos: "A base do nosso caráter é a sua independência". Na segunda, intitulada "A geografia e a economia da Restauração", defendiamos o seguinte quanto aos erros cometidos na elaboração da dinastia bragançina:

... e por o mesmo pensamento implica um novo conceito, o de que Portugal, as suas fronteiras, a sua geografia, a sua multiplicidade e vastidão lhe asseguram uma razão e maneira de ser próprio, base do seu caráter e independência.

A política do monopólio marítimo que vigorava na fase dos descobrimentos, condição indispensável de exílio, tornou-se, na fase colonial,

(Conclue na 6.ª pag.)

Uma ordem de Stalin

Barreto Leite FILHO

O sr. Kuzma Kissilev, delegado da província soviética da Rússia Branca na Comissão Política da Assembleia Geral das Nações Unidas, declarou, em um discurso sobre a nova proposta relativa ao controle das fronteiras, que o seu país, apesar da pressão da Alemanha, não se deixou enganar. Ele, pelo qual a URSS esteve, pelo que a URSS é, aproximou-se um pouco da Ásia oriental, foi formulado por ordem do próprio Stalin. O resumo demasiado sumário do plano, que as agências transmitem, não permitem um esclarecimento pleno dos motivos. Tivemos de esperar pelo seu texto completo para poder discuti-lo, podendo sobre tudo em relação com as teses soviéticas anteriores que, como se sabe, bloquearam aí agora qualquer possibilidade de acordo entre a URSS e as potências ocidentais, no que se refere à proibição do emprego de armas nucleares na guerra.

E interessante, entretanto, estudar-se de mais perío a revelação do sr. Kissilev. Normalmente, caberia ao professor Vyschnik informar que a proposta fora apresentada por este, mas, se não se informa que o seu autor é Stalin, é de supor que esse é o seu nome. Deve-se ter em conta que, mesmo nesse caso, caberia ao sr. Kissilev fazer a revelação oficial, no plano nacional da URSS, e não ao sr. Kissilev três dias depois. Se, portanto, a revelação foi feita por este isto terá resultado provavelmente a razão, e talvez a surpresa de depois de ouvir o sr. Vyschnik. Não é difícil de entender que, devido ao seu caráter, a atenuante — não se sabe ainda se suficiente ou válida — da intranjerância soviética estava sendo interpretada nos círculos ocidentais como decorrente do declínio estadio de Stalin, de quem se volta a dizer, mais uma vez, que está à morte na sua localidade natal de Gori, na Geórgia. Os rumores de que Stalin está à morte, ou pelo menos muito

revelação do sr. Kissilev. Ele terá ordenado dar a entender que as Nações Unidas estavam diante de uma idéia tão produtivamente genial e sublime que qualquer tentativa de discutir aí a sua aplicação, do mesmo modo que o sr. Kissilev, quer seja um professor de Direito Constitucional da Universidade de Tokio, foi desfiliado das suas funções e lançado ao oprobrio apenas porque tentara explicar naturalmente justificando-a a posição do Império no Estado japonês. O imperador não só não aceitou a proposta, por mais que o seu autor não fosse o próprio Vyschnik, mas, ao contrário, aprovou-a, e, quando se soube que o sr. Kissilev havia feito a revelação oficial, no plano nacional da URSS, imediatamente iniciou-se uma campanha de desinformação, que, mesmo nesse caso, caberia ao sr. Kissilev fazer a revelação oficial, no plano nacional da URSS, e não ao sr. Kissilev três dias depois. Se, portanto, a revelação foi feita por este isto terá resultado provavelmente a razão, e talvez a surpresa de depois de ouvir o sr. Vyschnik. Não é difícil de entender que, devido ao seu caráter, a atenuante — não se sabe ainda se suficiente ou válida — da intranjerância soviética estava sendo interpretada nos círculos ocidentais como decorrente do declínio estadio de Stalin, de quem se volta a dizer, mais uma vez, que está à morte na sua localidade natal de Gori, na Geórgia. Os rumores de que Stalin está à morte, ou pelo menos muito

se repetiram tanto que naturalmente todos nos tendemos a recebê-los com ceticismo. Mas afinal de contas, Stalin não é fisicamente mortal, por mais que isso embrasse a burocacia comunista do mundo inteiro, e em dia os rumores serão verídicos.

O que se diz agora, e que os altos dirigentes do Kremlin, receosos das repercuções de um desenlace fatal da doença, suposta ou real, do seu "chefe" infalível, desejariam atenuar a

(Conclue na 6.ª pag.)

TOPICOS

A SEMANA RURAL DE AREIA

Por iniciativa do operário vigário de Areia, Pe. Rui Vieira, uma das mais jovens expressões do clero parabano, e com o apoio das classes produtoras e de particulares, haverá na cidade serrana uma assembleia, onde serão tratados assuntos relacionados ao ruralismo e seus benefícios efeitos à campanha de desenvolvimento econômico que se esboça em todo o território nacional.

Bem refletido e com a certeza de que assim procedendo está trabalhando em prol de uma causa louvável, sob todos os títulos, a do ruralismo, empunhando-se o Pe. Rui, com rara disposição, pelo êxito do seu empreendimento, arregimentando inúmeros adeptos, pelo que está desportando no selo da opinião pública a melhor impressão o concílio a realizar-se de 14 a 18 de abril próximo.

A feliz idéia que animou aquele pároco à oportuna empresa, mais cresce de importância, por sabermos que não o animam outros propósitos que não os de prestar valioso serviço à coletividade. Sua iniciativa, que de logo conta com o apoio integral do governador José Américo determinando a abertura de um crédito a título de auxílio, e com a decidida cooperação das classes conservadoras e do povo em geral, atesta o interesse do clero parabano na discussão e solução de problemas de vital importância à sobrevivência e progresso do ruralismo. Pe. Rui, com rara disposição, pelo êxito do seu empreendimento, arregimentando inúmeros adeptos, pelo que está desportando no selo da opinião pública a melhor impressão o concílio a realizar-se de 14 a 18 de abril próximo.

Agrippino GRIECO

Fez o romancista sérios estudos de aviação, meditando livros técnicos, decorando toda a nomenclatura do gênero, e gabava-se de haver aprendido tanto com as lições diretas do tenente Calandria quanto com manuseio dos sonetistas clássicos. Se não criou, ao menos limpou o vocabulário velveteado.

Os lutadores romanos e os célfatas da época não conseguiram ter na Itália a sua celebração, antes que Mussolini, por sua vez, o desbanasse.

Um Inghirami, de Volterra, pretendeu processá-lo por ter dado esse apelido de família histórica a uma heroína pertencente ao romance de Calandria. O juiz, entretanto, decidiu que a heroína pertencia ao romance de Calandria, e que a heroína pertencia ao romance de Calandria.

E acentua-se agora que, depois de haver sido, segundo ele próprio, o homem mais executado da Itália, pensando até em naturalizar-se suíço, começou d'Annunzio, graças às suas apologias da pátria, feitas com tamanha erudição de arqueologia, indumentaria e... pirotecnia, a tornar-se tal fôrma sagrada que pode entender-se perfeitamente o espírito da

Colocaram lápide comemorativa numa casa onde ele habitou. Alfredo Bartoli traduziu em latim a ode a Victor Hugo. E ocorreu-me que os habitantes de uma cidade da Península em dia de triunfo, pretendem tirar os anais ao seu carro e puxá-lo patrioticamente, sendo que ele, menos valioso do que supunham, desceu do veículo e se despediu.

(Conclue na 6.ª pag.)

Circunstâncias atenuantes

(Conclusão da 4.ª pag.)
pôs a ir transitando risso no lado dos admiradores em dellor.

De qualquer modo foi Gabriel o primeiro a celebrar liricamente em sua terra as grandes máquinas, batendo-se pelos esportes, existindo até o d'Annunzio africano do sonho de conquistas de Conrado Brando. Realizou na Glória uma forte tragédia política. Classificava a Energia de deixa Musa, taxando a incerteza de covardia e proclamando que a moral da vitória é sempre a mais estimável.

Isto explica o entusiasmo dos italianos por ele à última hora.

Mas os gauleses, estes sempre o estimaram, atraídos pela sua estética meio jogrealesca.

Splendide, splendide, splendide! — telegrafava-lhe Serra Bernhardt, depois de ler a peça dannunziana que lhe era destinada. Um bispo francês o citou numa preleção em plena igreja. Quando curtiu alguns dias de febre em França, sua saúde preocupou os richardistas não menos que a do imperador Francisco José. Ida Rubinstein declamou-lhe as centenas de versos do papel de São Sebastião na Paris católica do Rostand de carões aureolada e do Barrés ávido de louros políticos...

Sim, concordo que exageraram nos louvores a d'Annunzio. Mas em Portugal, quando falavam de Junqueiro, era para compará-lo até a Santíssima Trindade.

Aqui no Brasil, diário do gênio onisciente de Rui Barbosa coisas que os almejas nunca haviam dito de Goethe ou de Hegel. Isto depois de terem carregado em andor os bustos de Benjamin Constant e Floriano Peixoto.

Numa outra república da América do Sul, puxaram o carro do poeta Santos Chocano, e este agradeceu declarando: "Cumprieste com o vosso dever!"

Afinal, d'Annunzio não era nenhum idiota. Acedeu no Fogo a mais bela pintura veneziana de palavras. Sonhou o Adriático para a Itália renascida, contra a pilhoreira baleanica. E há em seu espólio dois livros imprendores (o próprio Evaristo de Moraes Filho fala, com bofrosa lealdade, em obras primas). Deixou o prodigioso volume *Alcione*, poesia de inspiração ditirímbica, veemente glorificação de ninhos e colônias, com a vida quase carnal das ondas e o risco de mulheres cujos afagos têm o frescor das folhas. E deixou essa miraculosa tragédia pastoral da Filha de Iorio, trabalho religioso e ético, soberbo canto do antigo sanguine que ele, consagrado à Terra dos Abruzos, aos vivos e mortos da sua alma de poeta, a todos os que por ali amaram e sofreram da montanha ao mar.

Reunião da Comissão, etc.

(Conclusão da 5.ª pag.)
com o total vinhedo direito e respeitoso. Foi debatido então a situação dos autarcas. E ficou resolvido que a exemplo do que se realizara com as funções dos Ministérios, se fizesse um levantamento geral também em respeito aos servidores daquela categoria.

Quanto ao pessoal das cármas que percebem pela verba 3.º, Verificou-se não terem sido atingidos juros perfeitamente determinados, a menor correspondência para o prazo em que os novos autarcas se levantaram, que será logo feito.

Em suma, decidiu a comissão de prática, apesar que será apresentada uma nova tabela. E assim finalizou o conselho do abuso da iniciativa e a reestruturação futura. Não foi nenhuma novidade, o sr. Luís Simões Lopes convocará.

Simultaneamente com a reunião daquela que tratam do au-

torismo os funcionários públicos fizeram reunião, cuja a matéria é o Clube Inglês, uma Assembleia Geral, para tratar de assuntos do interesse da classe. Compareceram à sessão 3 contados os servidores, tendo sido os debates agitadíssimos e muito problemáticos, polos os tanto de noite e durante o dia. Terminada a reunião, os contados dirigiram-se o Dr. Lúcio Hauser, representante dos funcionários ao Inglês, ali assumindo a presidência da Assembleia e dando conta da sua atividade. A respeito travaram-se longas discussões. E uma das conclusões a que se chegou foi a de que o funcionalismo não teria entendido as suas reivindicações ou o simples abono, mas sim o aumento.

Para tratar a pŕia de verba, não está nos conselhos de qualquer pessoa, procure um médico. — SNES.

CINEMA PLAZA

HOJE — Soirée às 20 hs. — Preços: Cr\$ 7,20 e 3,60 — HOJE

PLAZA — Hoje. Matinée e Soirée — Hoje — PLAZA
JOHNNY WEISMULLER (Tarzan)

No seu melhor papel

TARZAN, E A MULHER LEOPARDO

A morte esperava os que ousassem desvendar o segredo da juventude eterna!

Amanhã — No PLAZA — Matinée e Soirée — Amanhã
Três grandiosos artistas, em um grande filme — Jennifer Jones, John Garfield e Pedro Armendariz
RESGATE DE SANGUE

PLAZA — Terça-feira — PLAZA
Maria Felix — UMA MULHER QUALQUER

PLAZA — Domingo, na Matinal, Domingo — PLAZA
Início do grande Seriado de BUCK JONES

OS CAVALHEIROS DA MORTE
e mais o far-west — TOCA DE LADRÕES — juntamente a comédia — O VALENTE POR ACASO

BRASIL — Hoje, Soirée às 20 hs. — BRASIL
A partir de hoje neste casino, o grande filme nacional com

Anselmo Duarte

NÃO ME DIGAS ADEUS

BRASIL — Hoje — Matinée — Hoje — BRASIL
O QUE PODE O BELJO

O Brasil e a Independência, etc.

(Continuação da 4.ª pag.)
Fielmente, a política dissidente de monopólio começou a receber, desde o segundo quartel do século de Quinhentos, uma correção e compensação salvadora: a colonização do Brasil. Forçado pelo intrusão estrangeira e as dificuldades de a debar de meios próprios. D. João III viu-se obrigado para salvar aquela parte tão prometedora dos seus domínios a dividir-l-a em doze províncias neoviscondados, isto é, a delegar soberania em fidalgos e burgueses. bastante ricos e ousados para arcar com os esforços e os riscos das suas investidas de capitais e energias numa colonização incipiente e em mundo a desbravar.

Este ponto de vista anunciamos, e com razão, como avançado. Mas os idênticos novos leram tempo a germinar. Semelhante há que, só passados séculos, seridamente florescem. Damos-nos, pois, por felizes, ver que um moço historiador, Joel Serrão, em seu estudo "O Brasil e o mundo, entre 1580 e 1640", a coesão nacional, fundada no comércio marítimo a distância, permaneceu e modo de vida específico da nação.

Com o domínio filipino, dissemos nós, não só a passagem do Império do Oriente levou muitas energias a concentrar-se na grande colônia atlântica, mas o Brasil tornou-se um refúgio e uma escola de espíritos livres, nos quais o domínio castelhano e a Inquisição opriam-na metrópole. Essa profunda transformação no quadro geográfico e na economia portuguesa, considerada na sua unidade metropolitana e ultra-marina, constitui, a nosso ver, o fundamento econômico essencial, da Restauração.

Durante os 60 anos de cultivo, Portugal criaria na América uma Índia própria e só da porta, e como a economia brasileira assentava na indústria sacaria, e esta na mão de obra africana, o Brasil solicitou a fundação permanente dum sistema de estabelecimentos ao longo da costa da Guiné, desde o Senegal ao Gabão e daí ate Benguela, incluindo os arquipélagos e estações experimentais de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

(Continuação da 5.ª pag.)
A atividade dos portos, dos estaleiros e da marinha mercante rendeu e multiplicou-se; as velhas classes populares que haviam dejinhado, sob o peso dum regime económico estagnante, readquiriram a consciência dos interesses comuns e nacionais; e, quando holandeses e franceses, majoritamente os primeiros, ameaçaram, com poucos soldados reagiu a Espanha, apropriando-se do Brasil, Portugal e as suas províncias ultramarinas, erradas sem discrepância, pelo mesmo sentido, restauraram a independência da coroa portuguesa.

Este ponto de vista anunciamos, e com razão, como avançado. Mas os idênticos novos leram tempo a germinar. Semelhante há que, só passados séculos, seridamente florescem. Damos-nos, pois, por felizes, ver que um moço historiador, Joel Serrão, em seu estudo "O Brasil e o mundo, entre 1580 e 1640", a coesão nacional, fundada no comércio marítimo a distância, permaneceu e modo de vida específico da nação.

O trabalho de Joel Serrão assistiu em bucos orionianos de arquivos e, em particular do Funchal (Madeira), o que desde logo dali solutes ao seu trabalho. Mas logo nas primeiras páginas o autor revela uma das qualidades preciosas: o talento de analisar os textos publicados ou ineditos e de considerar a história com olhos novos.

Não nos propomos fazer aqui o "completo rende" do ensaio de Joel Serrão, nem tanto de Jatos e idéias, mas de sua metodologia, que é de grande interesse. Relaciona com o título deste breve artigo, algumas das suas contribuições originais. Em primeiro lugar os dados nos quais adua sobre a colonização da Madeira, como o processo colonial, o da metrópole, tanto quanto o da África, e o da Ásia. Evidentemente, o autor português, contribui igualmente para a apreciação e resumimento dos portos portugueses. Particularmente felizes, aliás, a contextualização que estabelece entre o sistema português de comércio mercantil de Espanha na América e o do sistema português, mais livre, e as suas consequências respectivas, como antecedentes da Restauração.

Mais uma consideração complementar-se-mos, naturalmente, a respeito das relações de comércio entre o Brasil e os países vizinhos, e de contrabando, com o vice-reiado do Perú, estudadas por Alice Carabara, em sua obra fundamental — "O comércio português no Rio de Janeiro (1580-1640)", publicada em 1944.

Nós próximos, desde 1949, já publicamos no Brasil outros trabalhos que ampliam e justificam as nossas teses daquela ano.

Para terminar denunciaremos mais uma vez o erro de encarar a história da história de Portugal, exclusivamente predominante, e p. o que se passou na metrópole. De onde os meados de Quiñones, até o primeiro quartel do século passado, foram mais importantes da história de Portugal, foi o Brasil. Sem este, o Brasil torna-se impossível interpretar corretamente, quer a história portuguesa, quer a história brasileira.

Laboratório brasileiro, etc.

Os resultados de Wiltoni, Elias Freita Pessan, ex-professor na Universidade de São Paulo e atualmente na da Brasil, e que tem a seu cargo a chefia de um dos departamentos da Divisão de Estudos Nucleares e Neutron Morgan, docente da Universidade do Brasil:

(Continuação da 5.ª pag.)
Cooperação com instituições nacionais e estrangeiras

Após o acordo de 1950, com a Universidade do Brasil, e que pode, iniciará, dentro de alguns dias, a instalação de um laboratório de física cósmica em Chacaltaya, nos Andes bolivianos, a 5.600 metros de altitude.

O material destinado a essa grande empreitada já se encontra pronto para seguir destino, o que será feito graças à colaboração da Força Aérea Brasileira.

(Continuação da 5.ª pag.)
Acordo com a UNESCO

Em abril de 1951, depois de assinado o acordo entre o governo brasileiro e a UNESCO, começou o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas a receber assistência técnica daquela instituição internacional, até pelo

relamente com os brasileiros na rota do aeroporto de Belo Horizonte, e sublinhar "a indústria soviética e desde o começo, um dos aspectos típicos e inalteráveis da sua colonização atlântica"; e nós acrescentamos, sublinhando também "o não-nacionalismo, o caráter de política livre fez a separação entre o Brasil e Portugal".

Outro capítulo excelente documentado é aquele em que o autor mostra como o comércio português, exercido pelos holandeses, ingleses, contribuiu igualmente para a apreciação e resumimento dos portos portugueses. Particularmente felizes, aliás, a contextualização que estabelece entre o sistema português de comércio mercantil de Espanha na América e o do sistema português, mais livre, e as suas consequências respectivas, como antecedentes da Restauração.

Mais uma consideração complementar-se-mos, naturalmente, a respeito das relações de comércio entre o Brasil e os países vizinhos, e de contrabando, com o vice-reiado do Peru, estudadas por Alice Carabara, em sua obra fundamental — "O comércio português no Rio de Janeiro (1580-1640)", publicada em 1944.

Nós próximos, desde 1949, já publicamos no Brasil outros trabalhos que ampliam e justificam as nossas teses daquela ano.

Para terminar denunciaremos mais uma vez o erro de encarar a história da história de Portugal, exclusivamente predominante, e p. o que se passou na metrópole. De onde os meados de Quiñones, até o primeiro quartel do século passado, foram mais importantes da história de Portugal, foi o Brasil. Sem este, o Brasil torna-se impossível interpretar corretamente, quer a história portuguesa, quer a história brasileira.

(Continuação da 5.ª pag.)
REX — Hoje, Soirée às 20 hs., Hoje — REX

Grande lançamento — Um palpitante romance que ataca de frente o problema da infidelidade conjugal

MUNDOS OPOSTOS

James Mason — Barbara Stanwyck — Ava Gardner
Uma grande produção Metro Goldwyn Mayer

REX — Hoje, Matinée às 16,30 hs., Hoje — REX

PRIMAVERA

Domingo — Matinal no REX 3.ª série — TERROR DOS ESPIONES — O Gordo e o Magro em DOIS CAIPIRAS LADINOS e diversos complementos

FELIPEIA — HOJE — 20 hs.

2.ª série TERROR DOS ESPIONES — e o far-west LENHADORES DE IMPROVISO — Amanhã PRIMAVERA

JAGUARIBE — HOJE 20 hs. Sessão Popular — 2 filmes PECADO SEM MACULA — e a 2.ª série — LUTA SEM TRENUA — Amanhã — O PAPAI DA NOIVA

Breve — Joan Crawford — Os Desgraçados Não Choram

que se tornou possível a vinda de professores, técnicos e empregados para a Universidade de São Paulo e a concessão de bolsas de estudos. E em 1952, por força de acordo, com o Conselho Nacional de Pesquisas, passou a receber auxílio financeiro da mesma.

Laboratório de Física Cósmica nos Andes

No inicio do ano em curso o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicasultimo um acordo com a Universidade de La Paz, que pode, iniciará, dentro de alguns dias, a instalação de um laboratório de física cósmica em Chacaltaya, nos Andes bolivianos, a 5.600 metros de altitude.

O material destinado a essa grande empreitada já se encontra pronto para seguir destino, o que será feito graças à colaboração da Força Aérea Brasileira.

Uma ordem de Stalin

(Continuação da 4.ª pag.)

tensão, com as potenciais orientais, para evitar que as colas se precipitem na hipótese de Stalin morrer. Se o sr. Kislev não tivesse feito a sua revelação tardia, aquela hipótese não teria causado tanta agitação, nem os impressionistas. Mas a maneira e a oportunidade de por que foi feita a revelação sugerem a impressão de que ela se destinou apenas a desmentir indiretamente os rumores sobre a doença de Stalin. É evidente que se este está à morte, não só poderia ter dado a ordem referida pelo delegado russo-branco.

CURSO DE SOCIOLOGIA, ETS.

(Continuação da 5.ª pag.)

mais, com as potencias orientais, para evitar que as colas se precipitem na hipótese de Stalin morrer. Se o sr. Kislev não tivesse feito a sua revelação tardia, aquela hipótese não teria causado tanta agitação, nem os impressionistas. Mas a maneira e a oportunidade de por que foi feita a revelação sugerem a impressão de que ela se destinou apenas a desmentir indiretamente os rumores sobre a doença de Stalin. É evidente que se este está à morte, não só poderia ter dado a ordem referida pelo delegado russo-branco.

O curso terá a duração de 3 meses e constará de 17 palestras e um inquérito objetivando o assunto. As aulas serão ministradas em inglês, sendo dada, no término de cada uma, um sumário da matéria em português pelo engenheiro agrônomo Claudio Cecil Poland.

Faleceu o Cardeal Arcipreste de Bolonha

ROMA, 13 (UPI) — Informa de Roma que a Igreja Católica não se depara mais um exarca. Tratava-se do Arcebispo daquela cidade, Giovanni Battista Di Cornetano, que contava os anos de idade.

Assinado um decreto pelo
Presidente Manuel Odría

LIMA, 13 (UPI) — O Presidente Manuel Odría assinou a nova lei do petróleo, recentemente aprovada pelo Congresso. Antes de assinar, sua assinatura, o Presidente dirigiu uma mensagem ao povo, salientando as vantagens da nova lei, que deve ser de grande utilidade. O Presidente, Mário Soárez, dos expositores permaneceram das mais importantes artigos de lei, salientando, especialmente, que as novas taxas constituiriam um regime justo, quer para as empresas petrolíferas, quer para o Peru.

Aumento da Produção norte-americana

WASHINGTON, 13 (UPI) — O leitor Leon Karpfinger, Presidente do Conselho de Assessores Econômicos do Presidente Truman, afirmou que os Estados Unidos poderão aumentar sua produção anual em mais 5 por cento, durante alguns anos, pelo menos, sem prejudicar sua economia.

ULTIMA HORA

PAN-KUN-JOM, 14 (UPI) — (Coréia) — Os comunistas provocaram um novo e grande impasse nas negociações de armistício, fazendo reviver uma exigência, da qual já haviam desistido. Com efeito, na reunião de ontem, os vermelhos insinuadamente exigiram que os aliados lhes dessem uma garantia de que não bloqueariam a China Comunista. Isto se fez com que as negociações caíssem na verdadeira perspectiva de fracasso.

O Presidente Socarras chega ao México

CIDADE DO MEXICO, 13 (UPI) — Chegou a esta capital com sua família e extensa comitiva, o Presidente deposto de Cuba, sr. Prio Socarras. O ex-Presidente cubano disse: "Não renunciaria nem renunciarei. Tive de abandonar o meu país, só a pressão é a força.

Aproximação

PARIS, 13 (UPI) — O ex-vice-presidente da Checoslováquia comunista, sr. Bousum Lautman, declarou que há poucos dias, ante a possibilidade de realizar uma sondagem ante as potências ocidentais, no sentido de melhorar as relações de Praga e do Ocidente.

Tais sondagens foram efetuadas, pouco antes da prisão do líder comunista checoslovaco,

Rudolf Slansky, a 27 de novembro último. Indicou também, que os elementos anti-soviéticos da Checoslováquia, realmente, uma grande atividade naquele país.

Orçamento belga

BRUXELAS, 13 (UPI) — O Parlamento, por escassa maioria, aprovou hoje, o maior orçamento da Bélgica, em tempos de paz, o qual prevê as despesas de 244 bilhões de francos, este ano, somente para a defesa nacional.

Reunião

NOVA YORK, 13 (UPI) — Vinte e quatro diretores de jornais, membros da Associação Interamericana de Imprensa, reuniram-se, a partir de 21 de outubro do corrente, na capital do Brasil, para discutir a situação.

Restrições comerciais

PARIS, 13 (UPI) — O governo francês impôs restrições às importações de 15 países, inclusive o Brasil, que realizaram uma sondagem ante as potências ocidentais, no sentido de melhorar as relações de Praga e do Ocidente.

Tais sondagens foram efetuadas, pouco antes da prisão do líder comunista checoslovaco,

Nova Engenho de Guerra norte-americano

WASHINGTON, 13 (UPI) — "Andarilhos", novo enveneno, guado pelo rádio e distribuído pelos agentes John Mahan, chefe do Serviço Secreto, no Departamento de Aeronáutica Naval, perante uma comissão do Senado, prova que pode perseguir e destruir um avião inimigo a sete ou oito quilômetros de distância. A "Andorinha", cuja produção já foi iniciada, não danifica os motores, nem mata, mas, ao contrário, consegue, "assustar e admirar", accordingo ao seu administrador. "Não vou falar a respeito dos enemigos inimigos, guidados pelo rádio, na Coréia".

TOQUIO, 13 (UPI) — Um batalhão de infantaria coreana do norte lançou hoje o mais pesado ataque enemigo dos últimos dias, contra os comunistas. Os ataques avançaram numa fronte de um quilômetro e meio a leste da já famosa "Serra do Desalento", onde se achava encravada as forças norte-americanas e turcas.

Mas foram detidos pela arti-

laria e as cercas de arames farpados das Nações Unidas.

Criminosos de guerra

TOQUIO, 13 (UPI) — Um juiz chinês que fez parte do tribunal internacional para os crimes de guerra em Toquio, preconizou o julgamento, como criminosos de guerra, de todos os tutores americanos e japoneses que invadiram a guerra bacteriológica Coreia.

Essa notícia foi dada pelo Radio Comunitário de Peiping. O juiz em questão é o sr. João Hav, que participou do julgamento dos criminosos de guerra japoneses. Ele declarou, que todos quantos tomaram parte na invasão da guerra bacteriológica devem ser julgados, não só os militares, mas os políticos e os financeiros, e, inclusive, os norte-americanos e japoneses que forneceram os instrumentos para a transmissão das doenças.

A guerra no Viet-Minh

SAIGON, 13 (UPI) — Vários batalhões dos rebeldes comunistas, estariam situados numa ilha poderosamente fortificada, no Rio Vermelho, enquanto as forças francesas-vietnamitas, com o apoio dos tanques se preparam para o assalto final.

Os criticos soviéticos talvez tenham visto visão de humor de seu próprio país, em parte porque o mesmo é inopinato ou inconsciente. Quando o Ministro do Exterior soviético declarou perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, que era riscada a noite inverna por causa da proposta soviética para o desarmamento internacional, verificou que sua alegria não era contagiosa.

Neste ocasião, um funcionário soviético talvez tenha achado que o Rio Vermelho, em torno de Ho Chi Minh, e concentrar-se sobre o QG divisional do Viet-Minh, situado a cerca de 56 quilômetros, no sudeste da capital tonquinesa. Um comunicado francês, calcula os efectivos vermelhos em vários batalhões, além dos elementos guerrilheiros locais.

Operações de limpeza

SAIGON, 13 (UPI) (Indochina) — As forças francesas e as do Viet-Minh, não terminaram as operações de limpeza, em torno do QG divisional do Viet-Minh, situado a cerca de 56 quilômetros, no sudeste da capital tonquinesa. Um comunicado francês, calcula os efectivos vermelhos em vários batalhões, além dos elementos guerrilheiros locais.

PRISÕES DE POLÍTICOS NA ARGENTINA

Quarenta e uma pessoas foram detidas — Comício realizado pelo "Partido Radical" — Notas oficiais do governo argentino

Buenos Aires, 13 (UPI) — Quarenta e uma pessoas foram detidas ontem à noite, segundo um comunicado oficial, ao término de um comício organizado na Praça da Constituição, pelo Partido Radical, afim de pedir a liberdade dos presos políticos.

Nesse comício, falaram publicamente, pela primeira vez, desde a eleição de novembro, os dirigentes radicais, entre os quais o Fronterizo, antigo candidato à Presidência e Vice-Presidência do Radicais.

O comunicado acrescenta que essas pessoas serão processadas, por terem pretendido organizar uma manifestação não autorizada, ao terminar o comício dos radicais, incorrendo, portanto, no delito de provocação de disturbios e infração aos regulamentos policiais sobre as reuniões públicas.

O JORNAL LA NACION declarou que, a maior parte dos assaltantes, dispersou, no fim da reunião, querendo evitar incidentes; no entanto, um grupo grande de rapazes acompanhado o sr. Balbin, durante uma centena de metros, aclamaram calorosamente o líder radical. Os manifestantes permaneceram durante metade hora.

Conferenciam

Buenos Aires, 13 (M) — O Ministro do Exterior, sr. Rómulo Betancourt, e o embaixador do Brasil, sr. Batista Lameira e o Ministro das Relações Exteriores, sr. Henrique Belo, se reuniaram ontem à tarde, na chancelaria, durante metade hora.

Nada se revelou quanto aos assuntos tratados. Contudo, o chanceler, mais tarde afirmou ter conversado seriamente, com o seu colega da Defesa, durante poucos minutos e com o embaixador brasileiro durante metade hora.

Morre o Cardeal Giovanni Battista Rovani

BOLONIA, 13 (UPI) — Morreu, em consequência de uma crise cardíaca, o cardeal Giovanni Battista Rovani, arcebispo de Bolonha. O falecido prelado estava a frente desse Diocese, desde o ano de 1931, quando elevado no posto de bispo, pelo Papa Pio XI, em 1922. O arcebispo de Bolonha tinha quinze anos e há algum tempo, vinha sofrendo de surdina cardíaca.

Procure formar em seu filho uma personalidade normal, e Procure obter de seu médico conselhos sobre a maneira como deve limpar os ouvidos, — SNES.

GRANDE CONTRABANDO DE OURO

Caixas de ouro com rótulos de medicamentos foram apreendidas num avião da VARIG

RIO, 13 (M) — Um vultoso contrabando de ouro foi descoberto no avião da VARIG, que caiu no dia 20 de fevereiro, na Ilha Grande, Guanabara, minutos depois levantado do aeroporto dom João. O voo, do Rio para a Europa, foi descoberto durante os trabalhos da retirada do avião. Varias caixas de ouro com rótulos de medicamentos surpreenderam os funcionários da VARIG.

ram que nenhum carregamento de ouro constava no despacho e resolveram repartir o achaado. O seu proprietário, entrando, embora contrabandista, recusou o medicamento, fazendo-o a própria polícia. Varias caixas de medicamentos surpreenderam os funcionários da VARIG.

NOVA LEI DO PETRO-
LEO NO PERU'

Assinado um decreto pelo
Presidente Manuel Odría

LIMA, 13 (UPI) — O Presidente Manuel Odría assinou a nova lei do petróleo, recentemente aprovada pelo Congresso. Antes de assinar, sua assinatura, o Presidente dirigiu uma mensagem ao povo, salientando as vantagens da nova lei, que deve ser de grande utilidade. O Presidente, Mário Soárez, dos expositores permaneceram das mais importantes artigos de lei, salientando, especialmente, que as novas taxas constituiriam um regime justo, quer para as empresas petrolíferas, quer para o Peru.

Aumento da Produção norte-americana

WASHINGTON, 13 (UPI) — O leitor Leon Karpfinger, Presidente do Conselho de Assessores Econômicos do Presidente Truman, afirmou que os Estados Unidos poderão aumentar sua produção anual em mais 5 por cento, durante alguns anos, pelo menos, sem prejudicar sua economia.

A União

PATRIMONIO DO ESTADO

Sexta-feira, 14 de março de 1952

Prio Socarras partirá para o México

Concedido salvo-conduto ao Presidente deposto — O general Fulgencio Batista transferiu-se para o Palácio do Governo

HAVANA, 13 (UPI) — Uma fonte ligada ao presidente do país, sr. Prio Socarras, anunciou que este deve seguir hoje para o México, rumo de um salvo-conduto do general Fulgencio Batista. O novo Ministro do Interior, sr. Miguel Angel, declarou que esse salvo-conduto foi concedido, porque o governo não deseja derramamento de sangue.

Em Palácio

HAVANA, 13 (UPI) — O general Fulgencio Batista regressou ao Palácio presidencial de Cuba, pelo primeiro vez, em 8 anos, que é quando o triunfo do golpe militar. O general Batista disse que sómente entraria no Palácio quando o triunfo tivesse sido assegurado.

Fala o General Batista

HAVANA, 13 (UPI) — Falando ante umas 2 mil pessoas reunidas em torno do Palácio presidencial ontem à noite, o general Batista afirmou que voltaria ao poder, por que a República havia a beira do colapso. Acessoriamente, o seu pedido é manter a ordem e a lei. Disse que o Presidente deposto, sr. Prio Socarras, prorrogava falso os resultados das próximas eleições presidenciais.

Emissário

HAVANA, 13 (UPI) — Foi ainda indefinidamente a partida do Presidente Prio Socarras para o México. Isso porque o Presidente deposto, por golpe militar, está envolvido

VITÓRIA DO GENERAL EISENHOWER NAS ELEIÇÕES PRIMÁRIAS

Colocado em seu segundo lugar o Sr. Kejauver — O resultado das eleições tem trazido grandes surpresas

NEW YORK, 13 (UPI) — Informam de Concord, no Estado de New Hampshire, que as eleições primárias para a indicação dos candidatos a futura presidência da República, estão trazendo grandes surpresas. O general Eisenhower está ocupando o primeiro lugar entre os candidatos republicanos, tanto no clima de popularidade quanto à escolha dos delegados

da Convenção Nacional. Entre os democratas, a primária está cabendo ao senador Kejauver.

Esmagadora vitória

NEW HAMPSHIRE, 13 (UPI) — Foi esmagadora a vitória do general Eisenhower, nas eleições primárias realizadas entre republicanos e democratas. Eleito deputado, deputado federal, apoiou salientemente o sr. Kejauver, na Convenção Nacional Democrata, para escolher o candidato da presidência da Cruz Vermelha, tem recebido os protestos a respeito desse assunto, da Cruz Vermelha, da Hungria, Polônia, Rumania e Bulgária.

O USO DE ARMAS BACTERIOLOGICAS NA COREIA

A Cruz Vermelha Internacional promoverá um inquérito a propósito do ocorrido — Seriam estudadas as causas e a natureza das epidemias existentes no território coreano

GENEVA, 13 (UPI) — O Comitê Internacional da Cruz Vermelha, publicou o seguinte comunicado: "O presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, sr. Paul Ruegger, em 22 de março, a seu amigo e secretário do gabinete do Dr. Acheson, secretário dos Estados Unidos, ao general Kim Il Sung, primeiro ministro da República Popular da Coreia, e ao general Peng Huai, comandante supremo dos voluntários chineses: "A opinião pública teve conhecimento das numerosas epidemias pela Coreia, relatando do que se fizeram, especialmente as armas bacteriológicas. Peço-lhe que nos informe imediatamente, conduzindo metralhadoras, que foram transportadas, se eram especiais. Adianto-me que nessas refeiras, foram registradas várias mortes e feridos, entre os soldados e civis, como também, entre as forças policiais. A polícia acredita que os comunistas estejam instigando os possíveis, como da vez anterior.

Por outro lado, o governo dos Estados Unidos, que deamente, que lhe toca, os fatos alegrados, e também acaba de se dirigir ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, indagando se este organismo estava pronto para fazer o inquérito, com o objetivo de determinar a causa real da natureza e extensão das epidemias que temem irrompido, na Coreia Setentrional.

Para esse fim, propôs o governo dos Estados Unidos, que desejamente, o inquérito em apreço, fosse realizado nos dias 20 e 21 de maio.

Há apenas uma semana ele concluiu o seu último filme, uma comédia de longa metragem para a "Columbia Pictures".

Procure formar em seu filho uma personalidade normal, e Procure obter de seu médico conselhos sobre a maneira como deve limpar os ouvidos, — SNES.

Procure formar em seu filho uma personalidade normal, e Procure obter de seu médico conselhos sobre a maneira como deve limpar os ouvidos, — SNES.

tionário deve dirigir-se à Junta referida e só após dessa dela, poderá o Titular mandar ao Poder manifestado o recurso competente.

Por estes fundamentos, o T.R.E. não tem conhecimento da reclamação.

João Pessoa, 4/3/1952. S. Montenegro — Presidente; José de Faria — relator; Braz Baracuhy — vencido; João Batista de Sousa; Giacomo Porto; Anílio Ribeiro de Brito. Fui presente: Hermes Pessoa.

DECISAO N° 9999

Reclamação. Quando deve ser julgada prejudicada.

Vista a presente reclamação, que é devidamente formulada, Zona da Mata, em 28 de fevereiro de 1952, em que o delegado do Partido Democrático requer a este Egrégio Tribunal as necessárias provisões para que os cidadãos Francisco Lobo Filho e Severino Rocheira, Mário Antônio Pereira e outros sejam arremessados para a lista, sejam diplomados e, de rebozo no exercício do mandato que a lei lhes assegura.

Decide o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, que é devidamente de votos julgado prejudicado, a previsão de reclamação, por isso que conforme a evidência das informações deles prestadas pelo Juiz Eleitoral da Zona, no exercício cumulativo de 28 dias, aídos citados foram diplomados e, de rebozo, procurado até agora receber os seus diplomas.

João Pessoa, 22/3/1952. S. Montenegro — Presidente; João Batista de Sousa — Relator; Giacomo Porto; Anílio Ribeiro de Brito; José de Faria; Braz Baracuhy. Fui presente: Hermes Pessoa.

DECISAO N° 10.000

Não se conhece da consulta quando já lhe falta objeto.

Em telegrama de 7 de corrente Valdemar Abrantes Ferreira, Delegado do Partido Social Democrata, a Joaquim Isidro, consulte se os eleitores que votaram em separado no pleito de 12 de agosto do ano próximo findo, cujo título se encontram juntos aos autos dos respectivos partidos para esse Egrégio Tribunal Regional, podem votar no pleito de 9 de mês em curso.

Isto posto:

Resolve o Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade, julgar prejudicada a consulta de voz, que tem mais objeto.

João Pessoa, 10 de março de 1952. S. Montenegro — Presidente; Anílio Ribeiro de Brito — Relator; José de Faria; Braz Baracuhy; João Batista de Sousa; Pedro Damião Pereira; Anílio Ribeiro de Brito. Fui presente: Hermes Pessoa.

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA — DIA 12.3.1952

Recurso do Partido Social Democrático, contra a decisão n. 9.999, que ordenou o registro dos senadores Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello e João Lelis da Luna Freire, respectivamente como candidatos ao suposto mandato de senador, nas eleições de 9 de março. "Admito o recurso. Vista ao recorrido. 12.3.52. Montenegro".

Recurso do Partido Trabalhista Brasileiro, contra a decisão n. 9999, que ordenou o registro das candidatas a Senadora e Suplente do Partido Social Democrático às eleições de 9 de março de 1952. Despacho: "Admito o recurso. Vista ao recorrido. 12.3.52. Montenegro".

DECISAO N. 10.001

Embarques de declarada. Julgam-se improcedentes.

Vista, relatada e discutida com embargos de declarada de fls. 12, formulação pelo Dr. Dustan Soares de Miranda, em relação à decisão exarada a fls. 8v e segs., que lhe denegou pretendida expedição de diploma de suplente do deputado Wernemann Wanderley.

Atendendo a que, ao contrário do que alega o embargante, a decisão em apreço nada contradiz o artigo 1º da Lei nº 1.000, que determina nos termos que a compõem, e os seus fundamentos, que são todas no sentido de recusar o recorrente o diploma pleiteado por isso, e quanto ao mérito de que em sua parte é inadequada o embargante alega que é inadmissível a previsão de recurso. — decide o Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade de votos, julgar improcedentes os embargos de declarada.

João Pessoa, 11.3.1952. S. Montenegro — Presidente; José de Faria — relator; Braz Baracuhy; João Batista de Sousa; Pedro Damião Pereira; Giacomo Porto; Anílio Ribeiro de Brito. Fui presente: Hermes Pessoa.

EDITAL N. 45

O exmo. des. Presidente deu-nos a primeira sessão da Sessão da Câmara para os seguintes julgamentos:

Rec. Crim. n. 1075 de Inst. Fed. — Dr. José Baracuhy. Rel. — Dr. Antônio Rodrigues de Paiva. Recd. a J. Pública. Apel. Civ. n. 2119 de Sousa. Rel. — Dr. Antonio Gabinio. L. Apte. Raquel Moreira de Oliveira. 200. Apes. Cândida Maria de Jesus e outros. Apelados mesmos.

En 13.3.1952.

NOTAS DO FORO

Proclamas de Casamento:

No Cartório do escrivão Sebastião Bastos, no Palácio da Justiça desta Cidade, correm proclamas para o casamento civil dos contraientes.

José Martina dos Santos, operário e Josefina Barbosa de Souza, solteiros, maiores, naturais deste Estado, domiciliados e re-

sidentes nesta Capital, à Avenida Redenção, 753 e já casados religiosamente.

Horácio Guilherme Chaves e Maria de Lourdes Flinck, José Severino Bezerra e Darsi Rosas da Silva, Arnaud dos Santos e Maria Victor de Barros, Lazar Amorim Joffili e Rosália Nóbrega de Miranda.

PULMOES BRONQUIOS E PLEURAS

Tratamento especializado do

TUBERCULOSE e da ASMA

Dr. José Clementino Júnior

Consultório: Duque de Caxias, 450 — 1.º andar
Sala: 1518 — consulta de 15 às 18 horas

Com Sika na argamassa
a água
nunca mais passa

Produtos Químicos para
Impressibilização
de Construções

EVITE IMPERMEABILIZANTES DE AÇAO PASSAGÉRIA
Confie na eficiência dos produtos "Sika", mundialmente
conhecidos.

No Estado de Maracanã, foram usados mais de 70 to-
neladas de diversos produtos impermeabilizantes "Sika".
Constrói, usando sempre os produtos "Sika".

Distribuidores: N. RIBEIRO DE ALVERGA & CIA.
Rua João Suassuna, 13.

João Pessoa — Paraíba

Banco do Estado da Paraíba S/A

Rua Maciel Pinheiro, 252 — End. Telegráfico "BANCOESTADO" — Caixa Postal, 84 —
JOAO PESSOA

CARTA PATENTE N° 2296, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1951

Diretoria: ALVARO DE VASCONCELOS — Presidente; JOAO DE ALBUQUERQUE MELO — Vice-Presidente; LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS — Secretário

RELATÓRIO DO 23º ANO SOCIAL, CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1951, A SER APRESENTADO A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA, CONVOCADA PARA 14 DE MARÇO CORRENTE

Senhores Acionistas:

Dando cumprimento ao que dispõe a lei de sociedades anônimas e aos dispositivos estatutários, vimos apresentar, em succincto relato, as principais circunstâncias que contribuíram ao exercício social de 1951.

Esse relatório informa-vos que o Banco teve um ano de trabalho intenso e construtivo, inteiramente consagrado à maior expansão de suas atividades, salientando em ritmo crescente as solicitações de crédito do comércio, da indústria, da lavra e de clientes de outras profissões.

REALIZAÇÃO DO AUMENTO DE CAPITAL

Em 6 de agosto de 1951, foi aprovado o aumento de capital deste Banco para Crs 5.000.000,00. A realização desse aumento que se proferiu já nos últimos meses do 2º semestre, de vez que só em 3 de outubro do mesmo ano poderiam levantar-se os recursos, só foi realizada em 29 de dezembro de 1951. Banco do Brasil e S.A. desta classe, é para nós motivo de grande satisfação, pois além de pôr em relevo o grau de confiança e simpatia que hoje o nosso Estabelecimento desfruta entre a população de nosso Estado, facultas-nos ainda grandes possibilidades para o semestre que se inicia. A concretização desse objetivo permitirá, também, obter um resultado direto, de grande magnitude, no número de acionistas, vários outros fatores. Defrontava-se a atual Diretoria com um processo que inicialmente fora requerido para Crs 4.000.000,00 e cujo prazo havia se esgotado, prevêendo-o.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 1951, deliberou sobre o aumento efectuado para Crs 5.000.000,00 a fim de enquadra o Banco no Decreto-lei nº 6541, de 29 de maio de 1944, na sua 1ª. O Governador do Estado subscreu para esse fim Crs 1.000.000,00. O processo requereu várias formalidades complementares e teve este Banco que cumprir todas as exigências feitas pelo Órgão competente, até que chegasse a decisão final.

Os resultados obtidos que triplicaram o com os fundos de reserva alocados em mais de Crs 1.000.000,00, tornaram-se o Banco do Estado da Paraíba, S.A. uma instituição necessária à vida comercial de nossa praia e de todo o Estado. Esperamos confiar que o nosso campo de ação durante o próximo semestre esteja tão amplo quanto o resultado da Corteira de operações do Banco do Brasil, que classificou o nosso Banco como de crédito baseado em nosso capital realizado e reservas, faculte-nos um constante desenvolvimento e, consequentemente, maiores benefícios às legítimas necessidades do comércio, da indústria e da lavra.

OPERAÇÕES

Durante o ano findo, descontámos títulos num total de Crs 20.272.555,30, quasi todos girados sobre esta praga. Pelas demonstrações que vão anexas, pode-se verificar que o lucro bruto foi de Crs 1.334.498,20, sendo a receita do 1º semestre de Crs 583.238,70 e o resultado do 2º semestre de Crs 749.259,50.

Os procedimentos contam existir em cada uma das nossas contas ativas, logrando, com as medidas tomadas, à regularização de várias aplicações destinadas efetuadas em administrações anteriores, cuja liquidez estava em perigo, formando a aumentar a nossa rede de Contas em Liquidez.

Na parte de crédito, o caixa médio diário permaneceu em Crs 1.000.000,00, quando no final de 1946, o caixa médio permaneceu em Crs 222.000,00.

Cada Caminha Grande, cujo rateio foi apenas de 22,2% operado efectuado no ano de 1946, pelo então gerente, que a administração actual adotou desde o inicio de sua gestão, na seleção criteriosa da clientela, tem dado os melhores resultados, tanto é que, ate agora, não recorremos a via judicial.

GOVERNO DO ESTADO

O Exmo. Sr. Governador do Estado tem dado sua indispensável colaboração a este Estabelecimento de crédito. Ligado as causas que engrandeçam a Paraíba, o dr. José Américo de Almeida, tem vindo constantemente a contribuir ativamente. Desejamos, portanto, agradecer ao Ilustre governador a valiosa ajuda dada que nos tem dispensado, em razão de ser o Governo do Estado da Paraíba nossa maior acionista.

DIVIDENDO

Os membros do Conselho Fiscal abdicaram em cumprimento as disposições regulamentares, declararam ter verificado o numerário existente na Caixa deste Banco, em data de 31 de dezembro de 1951, bem como os depósitos à ordem, conforme descrevimento abaixo:

Depósito em caixa, no Banco 522.220,00

Em depósito no Banco do Brasil 1.177.858,90

Em depósito no Banco do Brasil, à critério da Superintendência da moeda e do crédito 124.140,70

Crs 1.771.270,50

O saldo demonstrado conferiu com o apresentado na escrituração do Banco, na quantia de Crs 1.771.270,50 (um milhão setenta e setenta e um mil duzentos e setenta cruzados e cinquenta centavos) o total das disponibilidades do Banco do Estado da Paraíba, S.A. em 31 de dezembro de 1951.

João Pessoa, 2 de janeiro de 1952.

O CONSELHO FISCAL

Carlos Fernandes de Lima.
Luiz de Oliveira Galvão.
Severino Carneiro.

Balanço em 30 de Junho de 1951

ATIVO	PASSIVO
A — DISPONIVEL	P — NAO EXIGIVEL
Caixa	
Em moeda, corrente 509.407,50	Capital 1.500.000,00
Em dep. no Banco do Brasil 1.500.845,40	Aumento de capital 3.500.000,00
Em dep. à ordem da Sup. da M. e do crédito 97.140,70	Fundo de reserva 1.177.313,70
	Outras reservas 405.130,30
B — REALIZAVEL	G — EXIGIVEL
Tít. descontados 8.532.107,80	A — PRAZO
Emp. em cc 2.954.619,90	à vista e a curto prazo
Corresp. no País 878.174,70	De poderes públicos 82.379,80
Outros créditos, inclusive depósito de Crs 3.500.000,00 no Banco do Brasil, plausivo do capital 4.480.100,60	Em cc sem limite 1.655.353,40
	Em cc limitadas 1.627.782,40
	Em cc populares 1.777.057,70
	Em cc sem juros 19.666,40
	Em cc aviso prévio 54.814,70
Inovels 60.850,30	
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS:	A — PRAZO
Apol. e obr. fed. à ord. da Sup. da M. e do cred. p/valor nominal Crs 100.000,00 89.417,50	de diversos
Xrdes e debentures 984.499,70	
	A prazo fixo 259.900,90
	Outros depósitos 17.847,50
Outros valores 1.622.131,40	277.838,40
	5.494.295,50
C — IMOBILIZADO	OUTRAS RESPONSABILIDADES:
Móveis e utensílios 91.267,40	Obrig. diversas 2.171.514,50
Material de expediente 27.286,00	Dep. esp. no País 33.163,40
	Ordens de pagamento e outros créditos 7.615.518,40
	Dividendos a pagar 0,00
	0,00
	13.404.118,60

B — RESULTADOS PENDENTES

Redesccontos do semestre futuro	21.979,80
	22.085.843,70

E — CONTAS DE COMPENSACAO

Valores em garantia	2.942.112,00
Valores em custódia	2.610.004,50
Títulos a receber de cte. alheia	4.734.691,00
Outras contas	415.000,00
	10.702.407,50
	32.758.351,20

H — RESULTADOS PENDENTES

Descontos do Semestre futuro	69.280,90
	22.085.843,70

I — CONTAS DE COMPENSACAO

Depositantes de valores em garantia e em custódia	5.552.716,50
Dep. de tit. em cobrança	4.734.691,00
País	415.000,00
Outras contas	10.702.407,50
	32.758.351,20

REGIMENTO DO DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 607, DE 28 DE JANEIRO DE 1952

TITULO I

DO DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL
CAPITULO I

Da finalidade
Art. 1º — O Departamento da Polícia Civil (D. P. C.) orgão subordinado à Secretaria do Interior e Segurança Pública, terá a seu cargo a execução de todos os serviços de polícia e segurança pública, como também a prática dos atos informativos para a instrução dos Juízes e Tribunais, na alcada criminal.

Parágrafo Único — Na execução dos serviços de polícia marítima e aérea, o D. P. C. articulará as suas atividades com os serviços federais e estaduais.

Art. 2º — O D. P. C. será dirigido por um Chefe de Polícia, nomeado em comissão, pelo Governador do Estado.

CAPITULO II

Da organização
Art. 3º — O D. P. C. constitui-se de:

Delegacias Especiais;
Delegacias Regionais;
Comissariados e Sub-comissariados de Polícia;
Instituto de Polícia Técnica;

Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea; Guarda Civil;
Instituto de Administração.

Art. 4º — Os órgãos do D. P. C. funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mutua colaboração, sob a orientação do Chefe de Polícia.

CAPITULO III

Do Chefe de Polícia
Art. 5º — Ao Chefe de Polícia incumbe:

I — dirigir, coordenar e fiscalizar os trabalhos do D. P. C. e representá-lo em suas relações externas;

II — executar e fazer executar as leis, decretos e instruções referentes ao serviço policial;

III — ministrar ao Chefe do Poder Executivo e ao Secretário do Interior e Segurança Pública as informações, esclarecimentos e sugestões que se tornarem necessários;

IV — nomear os servidores a serem instaurados pelos órgãos do D. P. C. e bem assim exercer diretamente todas as atribuições cometidas aos chefe dos órgãos;

V — determinar a instauração de processos administrativos e inquéritos policiais podendo atribuir-lhes a qualquer autoridade policial a seu critério;

VI — baixar portarias, instruções e ordens de serviço;

VII — despachar com os chefes dos órgãos que lhe são subordinados, podendo delegar poderes aos mesmos para decidir em seu nome;

VIII — reunir, periodicamente, os chefes dos órgãos que lhe são subordinados, para discutir e assentir providências relativas aos serviços afetos ao D. P. C.;

IX — opinar em todos os assuntos relativos ao D. P. C. dependentes do julgamento de autoridades superiores, e resolver os demais privados ou regulares da competência do Departamento;

X — determinar o cancelamento de notas;

XI — conceder passaportes nos termos da legislação em vigor, atendendo-as;

XII — antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho;

XIII — determinar a organização conforme as necessidades de serviço, do pessoal e de equipamentos;

XIV — minimizar de acordo com a conveniência do serviço, obedecidos os limites fixados pela legislação em vigor, o pessoal em exercício no D. P. C.;

XV — organizar a escala de férias do pessoal que lhe for diretamente subordinado e aprovar a dos demais servidores;

XVI — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhe forem subordinados;

XVII — eleger os servidores locais no D. P. C. e aplicar-lhes as penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 30 dias, e propor ao Secretário a aplicação de penalidade que exceder de sua ação;

XVIII — conceder gratificações pecuniárias a pessoas estranhas à Polícia, que desobrigam e prenderem criminosos, impedirem a perpetratio de delitos, ou tiverem prestado serviços relevantes ao serviço público;

XIX — apresentar, anualmente, ao Secretário, relatório sobre as atividades do D. P. C.

XX — empregar a Força Policial nas diligências que se fizerem necessárias;

XXI — determinar a transferência de detentos e condenados de uma para outra prisão, de acordo com a autorização do Juiz competente;

XXII — nomear os suplementes de comissários, os sub-comissários e suplementos destes;

XXIII — requisitar às autoridades do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios, a captura de criminosos evadidos e homisídios fora do território parabiano;

XXIV — criar voluntares e patrulhas moveis, para persecuição de criminosos, transferi-las ou extinguí-las, de acordo com as necessidades;

XXV — autorizar despesas e ordens de pagamento à conta de adiantamento recebido;

XXVI — autorizar qualquer autoridade policial a entrar no distrito de outra em execução de diligências;

XXVII — autorizar os agentes, os auxiliares, os escrivões, os navios e embarcações, nos termos das leis vigentes;

XXVIII — firmar convênios com a Policia do Distrito Federal e dos Estados, para a permuta de informações sobre antecedentes judiciais e sobre criminosos nacionais ou estrangeiros;

XXIX — exercer quaisquer outras atribuições definidas em lei.

TITULO II

Da Competência e Estrutura dos Órgãos

CAPITULO I

Das delegacias especiais D.E.

Art. 6º — São delegacias especiais:

a) — Com sede no Capital do Estado;

a) — A Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica, (D. E. O. P. S. E.), com atividade em todo Estado;

b) — A Delegacia Especial de Investigações e Capturas (D. E. I. C.), com atividade no município de João Pessoa;

c) — A Delegacia Especial de Trânsito (D. E. T.), com atividade em todo Estado;

D) — com sede no município de Campina Grande;

a) — Primeira Delegacia Especial (P. D. E.), compreendendo: Campina Grande, Patos, Leste, e os distritos de Ipanema, Joffily, Massaranduba e Puximana;

b) — Segunda Delegacia Especial, (S. D. E.), compreendendo: Campina Grande, cidade lado oeste, e os distritos de Fazendas, Galante, Boa Vista e Quelimadas.

Parágrafo Único — A Primeira Delegacia Especial de Campina Grande compete a supervisão geral do policiamento na cidade.

SEÇÃO I

Da Delegacia Especial de Ordem Política Social e Econômica (D. E. O. P. S. E.)

Art. 7º — Compete à D. E. O. P. S. E.:

a) — velar pela estabilidade das instituições;

b) — exercer o controle de todas as atividades que visem perturbação da ordem política social e econômica;

c) — defender a economia popular;

d) — processar as licenças para uso e porte de armas;

e) — fiscalizar os hotéis, pensões e quaisquer estabeleci-

mientos de habitação coletiva;

f) — designar o local de reuniões públicas;

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"

DEBITO

CREDITO

DESPESAS DE PESSOAL	341.088,40
Pelo saldo desta conta	
DESPESAS DE JUROS	63.826,90
Pelo saldo desta conta	
DESPESAS GERAIS	91.208,70
Pelo saldo desta conta	
REDISCONTOS	51.139,00
Pelo saldo desta conta	
FUNDO DE RESERVA	14.975,70
Pelo lucro neste semestre	
	585.338,70

João Pessoa, 30 de Junho de 1951.

DIRETORIA

CONSELHO FISCAL

Alvaro de Vasconcelos — Presidente.
João de Albuquerque Melo — Vice-Presidente.
Luiz Ribeiro dos Santos — Secretário.
Olívio de Moraes Magalhães — Gerente.

Balanc em 31 de Dezembro de 1951

ATIVO

PASSIVO

A — DISPONIVEL	
Caixa	
Em moedas corrente	529.230,90
Em dep. no B. do Brasil	1.117.888,90
Em dep. da M. e do Crédito	124.140,70
	1.771.270,50
B — REALIZAVEL	
Títulos descontados	12.691.120,90
Emp. em Cr. e C.	2.701.881,70
Corresp. no País	1.067.403,70
Outros créditos	904.970,20
	17.275.376,80
Imóveis	129.800,60
TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS:	
Aplic. e obr. fed. a ord. da Sup. da M. e do Cr. valor nominal de Cr\$... 100.000,00	89.417,80
Attes e debentures	984.409,70
	1.073.827,50
Outros valores	2.649.354,00
	21.128.448,60
C — IMOBILIZADO	
Móveis e utensílios	91.207,40
Material de expediente	37.634,50
	128.821,90
D — RESULTADOS PENDENTES	
Redesccontos semestre futuro	5.205,50
	23.033.846,50
E — CONTAS DE COMPENSACAO	
Valores em garantia	2.441.146,00
Valores em custódia	2.633.504,50
Títulos a receber de c. alheia	4.799.977,70
Outras contas	415.000,00
	10.289.638,20
	33.323.474,70

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"

DEBITO

CREDITO

A DESPESAS DE PESSOAL	437.920,70
Pelo saldo desta conta	
DESPESAS DE JUROS	92.658,20
Idem, idem	
A DESPESAS GERAIS	99.574,90
Idem, idem	
A REDISCONTOS	73.529,30
Idem, idem	
A CONTAS EM LIQUIDAÇÃO	45.476,40
Transferido para esta conta	
	749.259,50

João Pessoa, 31 de Dezembro de 1951.

DIRETORIA

O CONSELHO FISCAL

Alvaro de Vasconcelos — Presidente.
João de Albuquerque Melo — Vice-Presidente.
Luiz Ribeiro dos Santos — Secretário.
Olívio de Moraes Magalhães — Gerente.

Carlos Fernandes de Lima.
Luiz de Oliveira Galvão.
Severino Carneiro.
Benedito Henrique — Contador-Reg. 30284-CRC-PB-46.

g) — executar o registo de estrangeiros e demais serviços pertinentes aos mesmos, de acordo com a legislação federal e estadual;

i) — investigar e processar o inquérito sobre crimes:

a) — contra a ordem pública e social, e a personalidade internacional do Estado;

b) — contra a economia popular;

c) — contra a incolumidade pública;

d) — contra a fé pública;

e) — investigar e processar as contravenções relativas ao fabrico de armas e explosivos, as sociedades secretas e ao uso ilegal de arte tipográfica.

Art. 8º — A D. E. O. P. S. E. compreende:

- D) — serviço de fiscalização de armas, explosivos e munições; (S. F. A. E. M.)
 - II — seção de hotelaria e pensões, S. H. P.
 - III — seção de transportes, S. T.
 - IV — seção de registros de estrangeiros, S. R. E.
 - V — seção de investigações, S. I.
 - VI — arquivo; A.
 - VII — cartório; C.
- Art. 9º — A S. F. A. E. M. compete:
- I — fiscalizar e controlar todo o comércio, emprego, uso e depósito de armas, explosivos, produtos químicos, armamentos e munições e mercadorias perigosas, constantes das leis 137 e 139 do Decreto n. 1246, de 11 de dezembro de 1936, inclusive exótoxe e fogos de artifício;
 - II — organizar e informar a processos relativos a assuntos de competência da Seção;

Art. 10 — A S. H. P. compete:

- I — organizar o registo de hoteis, pensões e casas de comodato do Estado;
- II — fiscalizar o registo dos hospedes;

Art. 11 — Ao S. T. compete:

- I — fiscalizar e cumprir as leis e regulamentos relativos a empresas e mercadorias e aida de estrangeiros, radicados no território do Estado;
- II — expedir passaportes;

III — fiscalizar a fiscalização das exigências do Decreto-Lei federal n. 310, de 20 de agosto de 1936 e demais regulamentos, comunicando as autoridades competentes as irregularidades verificadas;

IV — promover o registo de estrangeiros entrados no território do Estado, e dos já residentes dentro dos prazos fixados em lei, tornando-lhes as carteiras de identidade que lhes forem proprias;

V — exercer diretamente, e através dos demais órgãos, funções de fiscalização dos estrangeiros residentes no Estado;

VI — ficar a estrangeiros impedidos de desembarcar no país de acordo com as comunicações e elementos enviados pelo Departamento Nacional de Imigração;

Art. 13 — A S. I. compete:

— exercer diretamente a competência da D. E. O. P. S. E.

II — as atividades contrárias à ordem política, social, a personalidade, estrutura e segurança do Estado;

Art. 14 — Ao Arquivo compete ficar e organizar o prentório de todos os individuos processados ou suspeitos de atividades, nos crimes de competência da D. E. O. P. S. E., colecionando, dentro do seu dia-a-dia, a documentação julgada útil aos serviços da delegacia;

Art. 15 — O Arquivo tem caráter secreto.

Art. 16 — Ao Cartório compete realizar os inquéritos e processar as contravenções, sob a presidência do Delegado e coordenar o expediente, escriturário e arquivo da delegacia.

Art. 17 — O Cartório terá um arquivo de cópias de expediente e de todos os documentos relativos à Delegacia, e os seguintes livros:

I — de registo de remessa de inquéritos e processos;

II — de registo de laudos, corpos de delito e exames periciais;

III — de termo de fiança;

IV — de protocolo;

V — de registro de queixa e ocorrências;

Art. 18 — Ao Delegado incumbem:

I — dirigir, coordenar e fiscalizar as atividades da Delegacia;

II — despachar pessoalmente com o Chefe de Polícia;

III — expedir portaria de riquezas e prêmios de serviço;

IV — apresentar ao Conselho de Administração, ao Chefe de Polícia, todos os trabalhos da delegacia;

V — apresentar, anualmente, ao Chefe de Polícia, relatório sobre as atividades do órgão respectivo;

VI — propor ao Chefe de Polícia as provisões necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços;

VII — nomear, nomear e assumir os assuntos relativos às atividades do serviço, dependente de subordão de autoridades superiores, e transferir os demais, ouvidos os órgãos que compõem o serviço;

VIII — organizar, conforme as necessidades do serviço, turnas de trabalho com horário especial;

IX — determinar ou autorizar a exceção de serviços extraterritoriais;

X — movimentar, de acordo com a conveniência do serviço, o pessoal em exercício na Delegacia;

XI — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhe são subordinados;

XII — organizar e alterar a escala de férias do pessoal a servir;

XIII — elogiar os seus subordinados, aplicar-lhes penas disciplinares, inclusive a suspensão até 15 dias, e representar ao Chefe de Polícia quando a penalidade não couber na sua alçada;

XIV — corresponder-se, diretamente, sobre assunto de sua competência, com os diversos órgãos do D. P. C., devendo, porém, dirigir-se a qualquer outra autoridade, por intermédio do Chefe de Polícia, quando as questões forem de natureza legal;

XV — expedir certidões e atestados;

XVI — providenciar, de acordo com as leis, relativamente à prevenção dos delitos de sua competência;

XVII — mandar instaurar inquéritos para apurar os crimes e processar as contravenções de sua competência;

XVIII — nomear peritos e julgar os exames de corpo de delito e perícias;

XIX — efetuar prisão em flagrante delito ou contravenção, e prender os indicados ante a culpa formada, contra os quais houver mandado ou encartado de prisão expedida por autoridade competente, ou pronunciado em crime não afiançado e que não tenha sido condenado;

XX — representar à autoridade judiciária sobre a necessidade de convocar a prisão preventiva de indicados em inquéritos instaurados;

XXI — arbitrar e conceder fiança criminal;

XXII — dar busca e fazer apreensões nas casas e com as formalidades previstas na legislação;

XXIII — requisitar ao Diretor do I.P.T. os exames que forem necessários para demovimento e comprovação judicial de existência de crimes, e julga-los;

XXIV — solicitar ao I.P.T. as investigações e pesquisas que julgar necessárias a elucidação de crimes, bem como as pesquisas científicas utilizando-as na forma da legislação em vigor;

XXV — mandar proceder as investigações necessárias para averiguação da vida pregressa dos acusados de crimes ou contravenções;

XXVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XXVII — fazer, depois de realizadas todas as diligências de inquérito, minucioso relatório do que tiver sido apurado, encaminhando os autos ao juiz competente, observadas as normas do Código de Processo Penal;

XXVIII — mandar proceder as investigações necessárias para averiguação da vida pregressa dos acusados de crimes ou contravenções;

XXIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XXX — mandar proceder as diligências necessárias para averiguação da vida pregressa dos acusados de crimes ou contravenções;

XXXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XXXII — fazer, depois de realizadas todas as diligências de inquérito, minucioso relatório do que tiver sido apurado, encaminhando os autos ao juiz competente, observadas as normas do Código de Processo Penal;

XXXIII — requisitar ao Diretor do I.P.T. os exames que forem necessários para demovimento e comprovação judicial de existência de crimes e julga-los;

XXXIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XXXV — mandar proceder as diligências necessárias para averiguação da vida pregressa dos acusados de crimes ou contravenções;

XXXVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XXXVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XXXVIII — mandar proceder as diligências necessárias para averiguação da vida pregressa dos acusados de crimes ou contravenções;

XXXIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XL — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLV — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVI — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLVIII — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLIX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLX — proceder, quando for o caso, a reprodução sumária das peças e provas obtidas em lei;

XLXI — proceder, quando

dos os serviços policiais afetos ao D. P. C., sem prejuízo da competência dos órgãos especializados.

Art. 53 — O Gabinete Legal (G. L.) tem finalidade:

— organizar e instruir os cartórios, com atribuições e efeitos das leis, art. 16 e 17;

Art. 55 — Os inquéritos instaurados nos Sb. C. P. serão remetidos à C. P. a que estão subordinados para as devidas averiguações e registros.

Art. 56 — Aos Comissários e Sub-Comissários, além das atribuições indicadas no art. 18, 26, que lhe compete no que aplicável, cabem também:

I — requisitar aos órgãos técnicos do D. P. C., através do Chefe de Polícia, a colaboração de que necessitem;

II — comunicar ao Chefe de Polícia e ao Delegado Regional a que estiverem subordinados, as ocorrências verificadas no município;

III — apresentar ao Chefe de Polícia, uma vez concluído o inquérito a que é de seu competência, a este;

Art. 57 — Os C. P. da Capital investigarão os crimes e processarão as contravenções da competência de D.E.I.C. e encaminharão aos dñe, aos especializados os infratores de crimes e contravenções de competência destes.

Art. 58 — Os C. P. remeterão à D.E.I.C. os inquéritos instaurados em seus cartórios para os devidos registros e anotações.

CAPITULO IV

Do Instituto de Polícia Técnica (I. P. T.)

Art. 59 — O I. P. T. tem por finalidade a prática de perícias médico-jurídicas e fornecimento de subsídios de provas necessários ao bom desempenho das atribuições dos órgãos policiais e no esclarecimento das autoridades judiciais, bem como promover a habilitação técnica dos que se destinam a função policial.

Art. 60 — O I. P. T. compreende:

I — Seção de Identificação (S. I. D.);

II — Gabinete Médico Legal (G. M. L.);

III — Gabinete de Exames Periciais (G. E. P.);

IV — Escola de Polícia (E. P.);

V — Seção de Estatística e Arquivo Criminal (S. E. A. C.);

VI — Museu Policial (M. P.);

Art. 61 — O I. P. T. tem, ainda:

I — organizar e coordenar as atividades do Instituto;

II — desempenhar pessoalmente com o Chefe de Polícia;

III — exercer autoridade sobre os porteiros, instruções e ordens de serviço;

IV — apresentar anualmente ao Chefe de Polícia um relatório sobre as atividades do serviço;

V — apresentar periodicamente ao Chefe de Polícia um boletim dos trabalhos realizados;

VI — apresentar ao Chefe de Polícia as providências necessárias ao apuramento dos serviços;

VII — re-nir, per odicamente, os chefes dos órgãos que lhe são subordinados, para assentear providências relativas ao serviço, e comparecer às reuniões para as quais seja convocado;

VIII — opinar sobre todos os assuntos relativos às atividades do diretor, de pede de solução das autoridades superiores e negar os demais, ouvidos os órgãos que compõem o conselho;

IX — determinar ou autorizar a execução de serviços extrajudiciais;

X — expedir boletins de merecimento de funcionários que lhe forem diretamente subordinados;

XI — organizar e alterar a escola de férias do pessoal ou de seu subordinado;

XII — elaborar atas das reuniões de órgãos subordinados e imponíveis, inclusive em suspensão até 15 dias, e, apresentar ao Chefe de Polícia quando a penalidade não couber, na sua integralidade;

XIII — corresponder e diligenciar, sobre assunto de sua competência, com o Chefe de Polícia do D. P. C. elevando diligências, a quem quer que seja, ouvidos os órgãos que compõem o Conselho de Policia, ressalvadas as exceções legais;

XIV — assinar, com o Chefe de Polícia, os diplomas expedidos pela Secretaria da Escola de Polícia;

Art. 62 — O I. P. T. tem uma Seção de Administração (S. A. D.) a quem cabe promover as medidas referentes à administração do pessoal, material e comunicações do serviço;

SEÇÃO I

Do Gabinete de Identificação (G. I.).

Art. 63 — O G. I. tem por finalidade:

I — proceder à identificação, de acordo com a lei, das pessoas presas, detidas, processadas e delituosas;

II — fornecer, mediante requerimento, carteiras de identidade certificadas ou quaisquer outros documentos destinados a prova de identidade;

III — informar os atestados de bons antecedentes e folhas corais;

IV — fornecer carteira funcional aos servidores públicos e outras profissões aos servidores do D. P. C.;

V — prestar esclarecimentos sobre os antecedentes, sempre que necessário, a quem quer que seja;

VI — fornecer à I.P.M.A., as provas de identidade dos indíviduos deportados ou expulsos por ato emanado das autoridades competentes;

VII — fornecer, aos gabinetes de identificação dos Estados e respectivas missões, as informações sobre antecedentes, sempre que necessário, a quem quer que seja;

VIII — fornecer, quando requerida, a autenticidade de impressões digitais apóstatas (S. A. D.), mediante o pagamento das taxas legais;

IX — realizar estudos sobre problemas de identificação e criminalística, bem como referentes às perícias sobre impressões digitais;

X — dar execuções aos convenios firmados com os demais Estados da Federação;

Art. 64 — O G. I. compreende:

I — uma Seção de Identificação e Dactiloscopia (S. I. D.);

II — uma Seção de Administração (S. A. D.);

III — a S. A. D. compre:

I — proceder aos trabalhos de identificação civil que se realizarem com o fornecimento da carteira de identidade civil, profissional, funcional, folhas corais e atestados de bons antecedentes;

II — proceder aos trabalhos de identificação de presos, detidos, processados e delituosas, e, em caso de urgência e na impossibilidade de remoção de presos ou detidos, proceder a sua identificação e de notícias necessárias no local em que se encontra a identidade;

III — superintender o serviço fotográfico;

IV — classificar, prender e arquivar as individuais daqueles de acordo com o sistema Vuceich;

V — propor medidas que concorram para a melhoriaamento das serões de classificação e arquivamento das dactiloscópias;

Art. 65 — A S. A. D. compete:

I — preparar o expediente do G. I.;

II — organizar o arquivo dos documentos e requerimentos;

III — fornecer as certidões extraídas dos livros e documentos regulares;

IV — manter uma biblioteca;

Art. 67 — Ao Chefe do G. I., cabe:

I — selar pela guarda e conservação do material e aparelhos próprios do Gabinete;

II — dirigir, controlar e fiscalizar a execução dos trabalhos;

III — baixar instruções para orientação dos respectivos trabalhos;

IV — desempenhar pessoalmente com o diretor do I. P. T.;

V — apresentar mensalmente ao Diretor um boletim das atividades do Gabinete; e, anualmente, um relatório dos trabalhos realizados e em andamento;

VI — visar certidões e atestados;

VII — contratar o pessoal de acordo com a competência do respectivo cargo;

VIII — fazer a designação de peritos;

Art. 68 — A S. A. D. tem por finalidade, em todo o território do Estado, sem prejuízo da competência das autoridades locais, e em colaboração com os funcionários federais, a execução, fiscalização e orientação dos serviços de polícia marítima, aérea, fluvial, portuária e migratória;

SEÇÃO II

Do Gabinete Médico Legal (G. M. L.).

Art. 69 — O G. M. L. tem por finalidade a prática de perícias — médicas — judiciais do D. P. C. e da Justiça, bem como a organização de investigações científicas relativas à medicina legal.

Art. 70 — Compete, também ao G. M. L.:

- I — proceder a exames de satisfação e capacidade física de candidatos a condutores de veículos e a reexames de condutores nos casos previstos em lei;
- II — proceder a exames médicos, inclusive a verificação do estado de embriaguez, em condutores de veículos para fins de processo administrativo;

III — no interior do Estado os exames referidos no item I serão procedidos sob o comando do Departamento de Saúde Pública;

Art. 71 — O G. M. L. comprende:

I — Seção Médico Legal (S. M. L.);

II — Secção de Administração (S. A. D.).

Art. 71 — A Seção Médico Legal (S. M. L.) cabe a realização das perícias — médicas — judiciais do D. P. C. e da Justiça, e de exames de satisfação e capacidade física de condutores de veículos para fins de processo administrativo;

Art. 72 — A Sec. A. D. compete as atribuições no art. 66.

Art. 73 — O Chefe do G. M. L. terá as mesmas atribuições definidas no art. 57.

SEÇÃO III

Do Gabinete de Exames Periciais (G. E. P.).

Art. 74 — Ao G. E. P. c. m. exerce processos aos exames, perícias e inspeções, que lhe forem requisitados pelas autoridades judiciais e policiais autoridades policiais e administrativas.

Art. 75 — O G. E. P. compreende:

I — uma Seção P. (S. P.);

II — uma Seção Administrativa (S. A. S.).

Art. 76 — A S. P. compre:

- I — a parte pericial, exames sobre armas brancas e armas de fogo, municições, detritos, poeiras, munições, polvos, explosivos, arreios e equipamentos, máquinas infernais, aparelhos, instrumentos contumeliosos, bebagens, plantas e demais objetos usados para a prática de infrações penais;
- II — o exame de sangue e exames microscópicos, e realizar análise química, de coloração, especial ou aplicada, bem como determinar substâncias tóxicas, venenosas, etc.

Art. 77 — Revistar exames e o material, em livros, documentos, em todo o que houver suspeita de que manuseado, dactilografado ou impresso em que se encontre, ou para constatar a existência de que quer intrusão penal;

Art. 78 — Executar e constatação de objetos;

Art. 79 — Realizar exames de locais em geral, e levantamentos topográficos sempre que houver suspeita de qualquer infração penal;

Art. 80 — Realizar a perícia sobre as impressões papilares encontradas nos locais de infração penal, colhendo os elementos e materiais que possam auxiliar no reconhecimento da autenticidade das impressões;

Art. 81 — Realizar perícias para as perícias diretamente ou indiretamente ligadas à realização de contrário para a fixação de identidade;

Art. 82 — Executar o serviço fotográfico nos locais de infração penal e produzir documentação fotográfica para ilustração dos resultados;

Art. 83 — A reprodução de documentos em geral.

Art. 84 — Sc. A. S. tem as atribuições indicadas no art. 66;

Art. 85 — Ao Chefe do G. E. P. alem das atribuições definidas no art. 67;

Art. 86 — Realizar peitoris para as perícias, diretamente ou por meio de escutas;

Art. 87 — Funcionar como perito quando designado por autoridade competente, o/a seu critério;

Art. 88 — Visar os laudos de exames e perícias, análises fotográficas e croqui de reconstituidos no G. E. P.

SEÇÃO IV

Da Escola de Polícia (E. P.)

Art. 89 — A E. P. compete formar o pessoal habilitado a exercer, no território do D. P. C. e promover o aperfeiçoamento e a especialização de servidores dos cargos e carreiras que constituem o serviço policial.

Art. 90 — Os cursos, programas, condições de matrículas regular e excepcional, e condições de permanência estabelecido pelo Chefe de Polícia com o Conselho do I. P. T.

Art. 91 — A E. P. manterá uma biblioteca especializada em assuntos policiais para uso de todos os funcionários do P. C.

Art. 92 — A E. P. será dirigida pelo Diretor do I. P. T. com a colaboração de um Secretário designado pelo Chefe de Polícia.

SEÇÃO V

Do Seção de Estatística e Arquivo Criminal (S. E. A. C.)

Art. 93 — A S. E. A. C. compete:

I — elaborar a estatística referente às atividades do D. P. C.

II — organizar os modelos necessários à coleta de dados estatísticos pelos diversos órgãos do D. P. C.

III — cole ar, de acordo com as normas fixadas pelos órgãos técnicos de Estatística, os elementos considerados necessários ao funcionamento da S. E. A. C.

Art. 94 — Todos os órgãos do D. P. C. serão obrigados a fornecer à S. E. A. C. dados estatísticos, de acordo com as normas e prazos que forem fixados.

Art. 95 — Ao Arquivo Criminal compete:

I — fixar e organizar o protocolo de entrada de indivíduos processados em todo o Estado, os sujeitos de atividades criminosas e os indivíduos suspeitos;

II — fornecer informações ao orçado do D. P. C. e as autoridades judiciais, quando solicitados.

Art. 96 — Os creados do D. P. C. remeterão ao Arquivo Criminal, todos os documentos ou cópias destes, referentes a crimes ou a indivíduos suspeitos.

Art. 97 — Ao Chefe da S. E. A. C. incumbe as atribuições definidas no art. 67.

SEÇÃO VI

Do Museu Policial (M. P.)

Art. 98 — Ao M. P. compete:

I — preparar, selecionar, classificar e modelar todo e qualquer instrumento ou material que possa interessar a futuros estudos, fazendo-lhes, em cada caso o histórico, tendo em vista os fatos pertinentes aos mesmos e, por essa forma revelar os detalhes da ação policial;

II — receber instrumentos de crime, que serão remetidos pelos órgãos do D. P. C. e as coisas confidenciais, cuja perda em favor do Estado for decretada, para o fim previsto no item anterior;

III — Art. 99 — O M. P. será dirigido pelo Diretor do I. P. T. com a colaboração de um Encarregado, designado pelo Chefe de Polícia.

CAPITULO V

Da Inspeção de Polícia Marítima e Aérea (I. P. M. A.)

Art. 100 — A I. P. M. A. tem por finalidade, em todo o território do Estado, sem prejuízo da competência das autoridades locais, e em colaboração com os funcionários federais, a execução, fiscalização e orientação dos serviços de polícia marítima, aérea, fluvial, portuária e migratória;

Art. 101 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 102 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 103 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 104 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 105 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 106 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 107 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 108 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 109 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 110 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 111 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 112 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 113 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 114 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 115 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 116 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 117 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 118 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 119 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 120 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 121 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 122 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 123 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 124 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 125 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 126 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 127 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 128 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 129 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 130 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 131 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 132 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 133 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 134 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 135 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 136 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 137 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 138 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 139 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 140 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 141 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 142 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 143 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 144 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 145 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 146 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 147 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 148 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 149 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

Art. 150 — A I. P. M. A. tem, ainda, a função de fiscalizar e controlar a execução das leis e regulamentos que competem ao Poder Executivo.

petentes, afim de evitar que passageiros em trânsito, e tripulantes, permaneçam no Brasil, ou seja, cedendo-lhes desembarque, sem que estejam devidamente licenciados pela I.P.M.A. XXXII — providenciar a extinção de incidentes em embarcações, salvamento de passageiros, objetos ou mercadorias, bem como garantir os salvados, arruadas, testemunhas, deter preventivamente as que possam esclarecer as origens do sinistro ou as quais tenham interesses sobre a carga ou sobre a embarcação em questão.

XXXIII — conceder ingressos a bordo de determinados navios turísticos no porto;

XXXIV — conceder desembarque a tripulante mediante as seguintes condições:

a) — desde que não haja impedimento por parte das autoridades autorizadoras ou de imigração;

b) — devendo ser apresentados devidamente justificadas pelas empresas de navegação, suas agências ou representantes, os motivos determinantes do desembarque;

XXXV — A emigrante, sua agente ou representante, deverá requerer o desembarque à Polícia Marítima e Aérea;

a) — mencionando o motivo do desembarque;

b) — comprovadamente se recomendar o tripulante para o porto de origem;

c) — nos requerimentos aliados neste item deverá a autoridade consultar a sua prerrogativa o tripulante a pôr o seu carregamento;

d) — de acordo com a chancela do Consulado e respectiva assinatura do funcionário encarregado desse serviço;

e) — o agente ou representante, deverão fazer constar dos requerimentos que o desembarque seja compromisso no sentido de manutenção e assistência do tripulante, enquanto esse permanecer no país;

Art. 92 — A I.P.M.A. compreende:

I — Seção da Polícia Marítima, que se encarregará da parte relativa à polícia marítima e fluvial;

II — Seção da Polícia Aérea, que compete à execução dos serviços de polícia aérea;

III — Seção de Administração (Se. Ad.), com as atribuições definidas no art. 62;

— Art. 93 — Ao Inspetor, além das atribuições definidas no art. 61, compete:

I — Coordenar o cumprimento da legislação federal sobre o assunto;

II — impor multas por infrações cometidas;

III — receber, incluindo as formalidades legais, os espólios dos passageiros falecidos durante a viagem, remetendo-os ao Chefe de Polícia para os fins de direito;

IV — expedir práticas provisórias sobre os fatos definitivos que ocorrerem dentro de sua jurisdição, fazendo em seguida as necessárias comunicações às autoridades competentes;

V — propor ao Chefe de Polícia a adoção de medidas aconselháveis ao melhoria dos serviços.

CAPITULO VI

DA GUARDA CIVIL (G.C.)

Art. 94 — A G.C. tem por finalidade a manutenção da ordem e segurança pública, exercendo policiamento civil que lhe for atribuído e que compete aos diferentes órgãos da administração policial.

Art. 95 — A G.C. compreende:

I — Seção de Policiamento (S.P.)

II — Seção de Administração (Se. Ad.)

Art. 96 — A S.P. se encarregará da distribuição do pessoal para o policiamento da Capital e das Unidades do Interior.

Art. 97 — O policiamento das cidades do Interior do Estado, através da Guarda Civil, serão feitos por Grupos Regionais.

1º — Os Comandantes dos Grupos Regionais serão os responsáveis pelas disciplina e eficiência dos guardas que lhe são subordinados, e também os comandos dos Delegados Regionais e Comissários, estabelecendo as normas de comando e operação;

2º — Os Comandantes dos Grupos Regionais comunicarão ao Diretor do G.C. as ocorrências de que participarem os seus subordinados.

Art. 98 — A distribuição dos guardas poderá ser feita para agir imediatamente em suas turnas, ou permanecendo-as para o serviço de patrulhamento, e, possível, em turno de revezamento;

Art. 99 — As pessoas detidas pelas guardas serão imediatamente apresentadas às autoridades policiais do local onde ocorreu a detenção, a quem também serão transmitidas as informações sobre ocorrências e infracções penais de que tiverem conhecimento;

Art. 100 — A Se. Ad. terá as atribuições indicadas no art. 62 finidas no art. 61;

Art. 101 — Ao Diretor do G.C. compete as atribuições definidas no art. 61;

CAPITULO VII

DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO (S.A.)

Art. 102 — O S.A., órgão subordinado diretamente ao Chefe de Polícia, tem por finalidade a orientação, execução e fiscalização de todas as atividades administrativas da D.P.C.

Art. 103 — O S.A. compreende:

I — Seção Administrativa (S.Ad.)

II — Seção de Contabilidade e Tesouraria (S.C.T.)

III — Seção de Controle das Autoridades Policiais (S.C.A.P.)

IV — Seção de Comunicações (S.C.)

V — Serviços de Contabilidade de Diversas Públicas (S.C.D.P.)

I — Fazer o registro e anotações de todos os funcionários lotados a servir no D.P.C.

II — Preparar os boletins de frequência;

III — Considerar os assuntos relativos ao pessoal e material do D.P.C. observando as normas adotadas pelo D.S.P.

IV — Preparar o expediente sobre os movimentos de presas, escoltas e diligências;

V — Preparar os regulamentos, receber, guardar e distribuir o material de expediente do D.P.C.

VI — Fazer certidões;

VII — Ter sob sua guarda a biblioteca;

VIII — Processar as folhas corridas;

Art. 105 — A S.C.T. compete:

I — Relevar e ter sob sua guarda os objetos e valores apreendidos;

II — Preparar os pedidos de adiantamentos;

III — Proceder os pagamentos ordenados pelo Chefe de Polícia;

IV — Organizar as prestações de contas dos adiantamentos recebidos;

V — Manter a escrita e contabilidade do D.P.C.

VI — Organizar a preparação orçamentária do D.P.C.

Art. 106 — A S.C. compete:

I — Lavrar as portarias e quaisquer outros emanados do Chefe de Polícia, providenciando as respectivas publicações, quando necessário;

II — Preparar o expediente referente as propostas sobre nomeação e exoneração de Delegados Especiais, Delegados Regionais e Comissários de Polícia;

III — Fazer as enquetes referentes às autoridades policiais do Estado e suas respectivas suplentes;

IV — Lavrar os termos de compromissos de autoridades policiais;

Art. 107 — A S.C. compete:

I — Receber, registrar, distribuir e encaminhar os papéis, documentos e objetos em trânsito pelo S.A.

II — Atender as partes e prestar as informações solicitadas;

III — Classificar e arquivar os papéis e documentos;

IV — Manter a correspondência;

V — Fiscalizar a guarda da Portaria, a qual compete o assento e a conservação do edifício;

Art. 108 — A S.C.D.P. compete:

I — Colaborar, com as autoridades competentes na fiscalização das ações de diversas públicas e propor ao Chefe de Polícia, por intermédio do Chefe do S.A., o fechamento, respectivo quarto e seu funcionamento ocasionar perigosas da ordem pública;

II — Processar licenças sobre:

a) — Exibições de circos e teatros;

b) — Realização de bailes públicos;

c) — Exibições de clubes carnavalescos, blocos, troços, cunados, etc.

d) — Funcionamento de sociedades recreativas, culturais, literárias ou artísticas, sociedades mistas e sociedades paramilitares, empresas ou organizações sujeitas ao controle e fiscalização policial;

e) — Funcionamento de agências de publicidade amplificadora de som e fogo-pyramidal;

f) — Prática de jogos perniciosos;

Art. 109 — O A.S. é um Chefe, indicado pelo Chefe de Polícia e designado pelo Governador do Estado;

— Unico — O Chefe do S.A. entender-se-á diretamente com o Chefe de Polícia, da quem receberá e transmitirá as ordens;

Art. 110 — As Seções e Serviços referidos no art. 103 terão, respectivamente, um Chefe, indicado pelos Chefs do S.A. e designado pelo Chefe de Polícia;

Art. 111 — O Chefe do S.A. incumbe:

I — indicar os funcionários que devem desempenhar as chefias das Secções e Serviços que compõem o S.A.;

II — Dirigir e fiscalizar a execução dos trabalhos a cargo do S.A.

III — Preparar o expediente e a correspondência do Chefe de Polícia;

IV — Suggerir ao Chefe de Polícia as medidas necessárias à boa marcha do serviço;

V — Eligiçar os seus subordinados, aplicar-lhes punições disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias e representar ao Chefe de Polícia quando a penalidade a aplicar não couber a seu julgamento;

VI — Coordenar os elementos necessários aos relatório da Chefe de Polícia;

VII — Distribuir o pessoal de acordo com as conveniências do serviço;

VIII — Subordinar ao Chefe de Polícia a escala de férias do pessoal que lhe for subordinado;

IX — Apresentar mensalmente ao Chefe de Polícia um boletim dos trabalhos do Serviço, e, anualmente, um relatório dos trabalhos realizados e seu andamento;

g) — Encantar as assinaturas no livro de ponta;

Art. 112 — As Seções e Serviços do S.A. incumbe:

I — Orientar os subordinados das Secções e Serviços a seu cargo;

II — Distribuir as funções principais que lhes forem subordinados os trabalhos que lhes compete executar;

III — Solicitar ao Chefe do S.A. providências necessárias ao aperfeiçoamento do serviço;

IV — Representar ao Chefe do S.A. quanto a ordens e regulamentação das suas subordinações;

V — Apresentar ao Chefe do S.A. em referência aos seus subordinados;

VI — Coordenar os elementos necessários aos relatório da Chefe de Polícia;

VII — Executar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

VIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

IX — lavrar, anualmente, os mapas de movimento do Cartório e mais duas estatísticas referentes, remetendo-as à Chefe de Polícia;

X — fornecer certidões e requerimentos das partes, uma vez despachadas pelo Delegado ou Comissário e a seu tempo, de demanda de despedimento, prisão temporária, verbas verbais, verbas univas, verbas que não constituam verbação;

XI — proceder ao recolhimento e reconhecimento de autos de prisão em flagrante; as sumas de apreensão, depósitos, entrega, arcaração, recolhimento, qualificação, colação de material, os termos de declaração de fiança, condução, busca e apreensão, e mais autos e termos processuais;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar, anualmente, os mapas de movimento do Cartório e mais duas estatísticas referentes, remetendo-as à Chefe de Polícia;

XIV — fornecer certidões e requerimentos das partes, uma vez despachadas pelo Delegado ou Comissário e a seu tempo, de demanda de despedimento, prisão temporária, verbas verbais, verbas univas, verbas que não constituam verbação;

XV — fornecer certidões e requerimentos das partes, uma vez despachadas pelo Delegado ou Comissário e a seu tempo, de demanda de despedimento, prisão temporária, verbas verbais, verbas univas, verbas que não constituam verbação;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XV — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XVIII — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XIX — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

X — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XI — lavrar os termos de conclusão, data, junta, ressarcimento e reembolso, na forma do artigo anterior;

XII —

EDITAIS E AVISOS

1º CARTÓRIO — COMARCA DE CABACABRAS — EDITAL

Intercorrer-se nosso que este Juizito a José Rodrigues, procurador

de maior e menor da sua fábrica.

O doutor Cláudio Cesarino, juiz de

Justiça de Morais Brito, Juiz de Direito

da Comarca de Cabacabras

do Estado da Paraíba, na forma

do art. 1º, etc. — Faz saber ao seu

filho Mário de Farias, brasiliense,

de filhos de Mariano Góes de Faria

e de Maria Francisca Xavier,

residente em lugar incerto e

não sabido, que, por sentença de

18 de novembro de 1951, foi condensado

o réu pelo dolo dos arts. 1º, 10 e

11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428,

DIARIO OFICIAL

Sexta-feira, 14 de março de 1952

INDICADOR ALFABETICO

AVISO

Ficam convocados a comparecer na Seção da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, no dia 15 de março, no horário de 12 às 12 horas, sabados, 9 e 10 de Raimundo Dias de Oliveira, Felizardo Tocino de Britto, Raul Pequeno de Melo, Geraldo Lobo, José Góes, José Batista de Lima, Adelmo José, Antônio Costa, Antônio da Oliveira e Maria das Dôres Cavalcanti.

José Câmara — Chefe de Secção.

Aviso a empregado

Conforme establece o art. 422, alínea I, da Constituição da República, fica convocado ao expediente, no dia 15 de março, das 12 às 12 horas, sabados, 9 e 10 de Raimundo Dias de Oliveira, Felizardo Tocino de Britto, Raul Pequeno de Melo, Geraldo Lobo, José Góes, José Batista de Lima, Adelmo José, Antônio Costa, Antônio da Oliveira e Maria das Dôres Cavalcanti.

José Câmara — Chefe de Secção.

TITO SILVA & CIA

BARRAGEM DO MARES

Empreende-se um Armador de ferro para concreto armado com salário compensador.

Casa Irineu Joffily, n. 221

VENDE-SE essa ótima residência, com cômodos e instalações suficientes para uma grande família, situada à Rua Dr. Antônio Vieira n. 160, sala 3º, primeiro andar, no Avenida Epitácio Pessoa, n. 1410.

Não tem intermediários.

CASA — Vende-se uma, de tampa situada à Av. Coronel Sá, esquina, tendo: apartamento de frente, 2 salas, 3 quartos, cozinha, banheiro e lavanderia.

Tratar à Av. Maximiano Pires, esquina, 169.

MANICURE

Sery Silva, conhecida manicure nessa capital, avisa a sua disponibilidade para atender a quem estiver com suas necessidades profissionais, em sua residência, na Av. General Osório n. 372, por traz da Secretaria do Interior.

PROPRIEDADE

VENDE-SE uma, de 300 hectares, distante 12 km da Capital, servida de boa estrada, banhada de rios, com pastos, bananeiras e extensos paus, tende catarate casas para moradores, uma casa de farinha, 200000000 mil reais de tipo andar, 30 mil pés de agave e vários frutíferos.

O terreno presta-se também para as culturas de café e plântula do reino.

Tratar à Av. Maximiano Pires, esquina, 169.

Perdidos e Achados

PEDE-SE à pessoa que achou um Plafon de embreagem (Rodada dental), perdido entre os fundos de um cocheiro, na rua Getúlio Vargas, Leitão e Góes, n. 1000, no último sábado, 8 do corrente. Entregá-lo ao Srt. Edvaldo do Nascimento, no Quartel da Polícia, que será generosamente gratificada.

RADIO-TECNICO Consertante de rádio de todos os tipos. Trabalho garantido e rápido. Tratar à avenida da Liberdade — Bayeux, com Wilson Vilela.

Serviço de Gravação

Exclui-se com a máxima perfeição, gravações de joias, artigos escolares, etc. Procurem a CASA SERTA — AV. Beaurepaire Rohan, 238.

VENDE-SE UMA CASA

VENDE-SE a casa n. 447, à rua Indio Parigüe, vizinha à Igreja da rua 860 Miguel, num terreno de 45 x 15, com seis quartos sendo 2 externos e 3 internos. 3 salas, cozinha, adega, sanitário, quintal cheio de frutíferas e mudas, jardim, etc. Casa amovitada e formada. Tratar no endereço. Consultas novas.

VENDE-SE

Una mercearia e Bar, o único da Rua 860 Miguel, no terreno de 12 x 12 horas, sabados, 9 e 10 de Raimundo Dias de Oliveira, Felizardo Tocino de Britto, Raul Pequeno de Melo, Geraldo Lobo, José Góes, José Batista de Lima, Adelmo José, Antônio Costa, Antônio da Oliveira e Maria das Dôres Cavalcanti.

Indicador Alfabetico.

VENDE-SE uma casa de construção recente, formada, mosaicada e sanearida, com três quartos, sala, cozinha, despensa, padronizada, situada à rua Marçal Barbosa, 145. Tratar com o Prof. Ney, na rua da Catedral, 23. Fone 1825.

VENDE-SE a casa 381, à Av. Manoel Dodioto, a tratar com o Dr. Pedro I. Silv. — Seus interesses.

REGISTRE SEU FILHO — A certidão de nascimento é indispensável, entre outros fins, para obter:

a) matrícula na Escola

b) carteira de identidade

c) emprego

(Divisão da Seção de Estatística Sanitária da D. Saúde)

GINASIO "SOLON DE LUCENA"

Trincheira — 554

(AUTORIZADO A FUNCIONAR PELA DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO)

Estão abertas as matrículas, até o próximo dia 27, no turno matutino, de admissão e ao 1º ano ginasial.

A Secretaria prestará todas as informações aos interessados, diariamente, das 7 às 11 e das 13 às 17 horas.

GABINETE DE RAIOS X

Radiodiagnóstico das doenças do aparelho gástrico, dos intestinos e apêndice, das vias urinárias, das vias biliares, das afecções dos ossos, das vias respiratórias, de determinados distúrbios de crescimento, do aparelho genito-urinário.

Broncografias, arterias, angiografias, arteriografias, mielogramas, ventriculogramas, serografias gastroduodenais com aparelhagem de Albrecht e método ex-interpretation de Gutmann.

Técnica radiografia pelo método alemão. Aparelhagem Siemens para 120 mil volts e 200 Ma.

DR. NELSON CARREIRA — Peregrino de Carvalho 94 — João Pessoa. Diariamente de 8 às 12 horas.

BANCO POPULAR DE CAMPINA GRANDE S.A

Inaugurado em 28 de Março de 1940

Carta Patente nº 2280 de 7 de Março de 1940

Códigos: A B e Mascotte 1º e 2º — Tel. — POPULAR

Rua Cardoso Vieira nº 36 — Edif. São Luís — Campina Grande — Paraíba

Balanço em 29 de Fevereiro de 1952.

ATIVO

A — DISPONIVEL

CAIXA

Em moeda corrente	428.031,90
Em dep. no Banco do Brasil S/A	1.028.326,20
Dep. à Ord. da Moeda e do Crédito	158.779,20
	1.611.137,30

B — REALIZAVEL

Tit. Descontados	10.931.143,20
Correspondentes no País	3.820,50
Outros Créditos	25.833,40
	10.960.807,10

C — IMOBILIZADOS

Móveis	30.323,00
Material de Expediente	3.000,00
	33.323,00

D — RESULTADOS PENDENTES

Juros e Descontos	2.648,90
Impostos	12.500,00
Desp. Gerais e Out. Contas	34.214,60
	45.463,50

E — CONTAS DE COMPENSACAO

Tit. a Receber de C. Albeira	2.010.697,90
Outras Contas	60.877,70
	2.071.575,60

Cr\$ 14.726.306,50

PASSIVO

F — NAO EXIGIVEL

Capital	5.000.000,00
Fundo de Reserva Legal	292.000,00
Outras Reservas	925.387,90
	2.217.387,90

G — EXIGIVEL

Dep. à vista e a curto prazo	
Em C/C sem Limite	2.214.938,60
Em C/C Limitadas	1.207.850,80
Em C/C sem Juros	97.000,20
	3.512.800,60

Outros depósitos:

a prazo e Diversos	
Dep. a Prazo Fixo	1.154.122,10
	4.673.928,80

Outras responsabilidades:

Tit. Redescendentes	200.000,00
Correspondentes no País	442.120,00
Orçamento de Pag. Out. Créditos	116.427,60
Ley. a Pagar	17.000,00
	1.225.150,80

Cr\$ 6.190.079,60

H — RESULTADOS PENDENTES:

Contas de Resultados	238.268,40
----------------------	------------

I — CONTAS DE COMPENSACAO

Depositantes de Cr. em Cobrança	
---------------------------------	--

No País	2.016.697,90
Outras Contas	60.877,70
	2.071.575,60

Cr\$ 14.726.306,50

Campina Grande, 29 de Fevereiro de 1952

DAURA FALCONE DE OLIVEIRA — Presidente
DR. LUIS MARCELINO DE OLIVEIRA — Gerente
TERCINHO MARCELINO DE OLIVEIRA — 1º Secretário
DIOGENES GONCALVES — 2º Secretário
JOSE NICACIO DE AMORIM — Conta no 100 CRC 95

NAGIB DE ARRUDA ABEL

Missas de 30.º dia

Said Abel, esposa e filha, convidam os parentes e pessoas amigos que foram de seu inesquecível filho e irmão NAGIB, para assistirem à missa de trigesimo dia que mandam celebrar pelo descanso eterno de sua alma, na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, no dia 16 do corrente, no altar do Sacramento, às 03 horas.

Antecipadamente agradecem, a todos que assistem a esse ato de fé e piedade cristã.

J. BARKOS

RUA MACIL PINHEIRO, 172

TELEFONE — 1415

TELEGRAMA — JOTABARROS

AGENTE DA SWITZER MARTINS

Vende motores de 5 a 100 HP, NATIONAL, à Oleo Diesel, de fabricação inglesa, carbureto de calcio, solda elétrica, Oxigênio, cadiâmetros, torneis de bancadas e outros materiais.

AGENTE DA GOODYEAR DO BRASIL S.A

Correias para transmissão e mangueiras para todos os fins.

AGENTE DA GENERAL ELECTRIC S.A

Refrigeradores, radis, radiolas, transformadores, solda elétrica, ferramentas "CARBOLY" para torno, medidores e lampadas G. E. de todos os tipos e voltagens.

AGENTE DA ATLANTIC REFINING COMPANY OF BRAZIL

Gásolina, querose, Diesel Oil, Oleos industriais e o Atlantic Motor Oil dg. ação dupla, que limpa e lubrifica qualquer motor, devido a um aditivo especial que contém.

EM FIM — J. Barros avisa a sua distinta freguesia que mantém em seu estabelecimento comercial, o maior sortimento de fios materiais elétricos e que recebeu, das pragas do sul do País, duas grandes partidas de lustres de cristal e metal.

EM TEMPO — Aviso aos seus amigos e candidatos a compra de automóveis, que brevemente, terá em exposição os famosos carros Chryslér e Plymouth, como também os caminhões Fargo.

J. DE MELO LULA

Representações — Conta Propria

ODONTOLÓGIA MÉDICA, ENGENHARIA, LABORATÓRIOS PARA HOSPITAIS, INDUSTRIAS E CLÍNICAS MOVEIS ASEPTICOS E INSTRUMENTAL CIRÚRGICOS EM GERAL O MAIOR SORTIMENTO DO ESTADO, MANTEM TÉCNICOS ESPECIALIZADO EM MONTAGEM DE GABINETES

João Pessoa — Paraíba

Rua Duque de Caxias, 540 — Fone, 1401 — Tel. LULA

AOS INDUSTRIAS CONSTRUTORES E EMPREZAS DE ENERGIA ELÉTRICA

A OFICINA DE ELETROCIDADE E MECÂNICA "S. BRAZ", a mais antiga do Estado, está apta a execuções de enrolamentos e reparos em geral dos Alternadores, motores, dinamômetros, transformadores de alta tensão, etc.

Encontra-se em construção de instalações elétricas de força e Luz para edifícios, Indústrias e Empresas de Luz, também confecciona quadros para alternadores e distribuidor de energia.

Montamos e concertamos motores de explosão, máquina a vapor e Caldeiras, etc.

Acetanato, condutas de serviços, bicos de mecanica e eletrônica em geral.

Rua da República, 282 — Tel. 1966 — End. Teleg. DIO-BRAZ — João Pessoa — Paraíba.

CLINICA DR. RODRIGO ULISSES

AV. MIGUEL COUTO, 166

João Pessoa — Paraíba

CLINICA MÉDICA, DOENÇAS NERVOUSAS E MENTAIS, FISIOTERAPIA, ELETROCHOQUE, PSICOTERAPIA, FEBRE ARTIFICIAL, QUÍMICA, CONVULSOTERAPIA

Consultas com hora marcada. Somente às 4as feiras, das 14 horas às 18 horas.

DRA. ELISABETH FIGUEIREDO DE SOUZA

CLINICA DE SENHORAS

Ex-interna da Maternidade de Afogados do Serviço de Clínica Médica do HOSPITAL CENTENARIO e do SERVIÇO DE GINECOLOGIA do prof. Monteiro de Morais

CONSULTORIO: Rua D. de Caxias n. 290, — Terceiro

CONSULTAS: Das 15 às 18 horas

RESIDENCIA: D. de Caxias, 290.